

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Programa de Pós-Graduação em Geografia
Mestrado em Análise Territorial

Laisa Zatti Ramirez Duque

Cartografar é Preciso
Cartografia Social: O Quilombo Kédi em Porto Alegre/RS

Dissertação de Mestrado

Porto Alegre
2023

Laisa Zatti Ramirez Duque

Cartografar é Preciso
Cartografia Social: O Quilombo Kédi em Porto Alegre/RS

Dissertação como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Dr^a Cláudia Luísa Zeferino Pires

Porto Alegre
2023

CIP - Catalogação na Publicação

Duque, Laisa Zatti Ramirez
Cartografar é Preciso, Cartografia Social: O
Quilombo Kédi em Porto Alegre/RS / Laisa Zatti Ramirez
Duque. -- 2023.
89 f.
Orientadora: Cláudia Luísa Zeferino Pires.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Instituto de Geociências, Programa
de Pós-Graduação em Geografia, Porto Alegre, BR-RS,
2023.

1. Território. 2. Quilombo Urbano. 3. Bairro Negro.
4. Racismo Estrutural . I. Pires, Cláudia Luísa
Zeferino, orient. II. Título.

Laisa Zatti Ramirez Duque

Cartografar é Preciso
Cartografia Social: O Quilombo Kédi em Porto Alegre/RS

Dissertação como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Dr^a Cláudia Luísa Zeferino Pires

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Henrique Cunha Júnior - UFC

Prof. Dr. Nelson Rego - UFRGS

Prof.^a. Dr.^a. Sinthia Cristina Batista - UFRGS

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha mãe, Sônia Rejane Zatti, por ter me ensinado a manter a mente aberta, te amo do fundo do meu coração. À minha dinda, Vanusa Jaqueline Zatti, que sempre esteve presente. E a todas as mulheres da minha família, em especial as que já não estão mais vivas, que sempre estiveram disponíveis para mim. Amo todas vocês.

Obrigada a todos os meus amigos! Os presentes nos momentos certos, os de corredor, os de bar, os que sempre posso conversar e os “pau pra toda obra”, em momentos diferentes vocês foram essenciais. À Karina, que é o apoio inabalável, que sempre acredita em mim e teve uma paciência acolhedora em todos os momentos desta dissertação, obrigada por me ler e me incentivar. Ao Maurício, pelo carinho e pela paciência na reta final.

Ao Diego por me permitir conversar sobre Geografia sempre que estou desesperada, agradeço todas as ideias. À Thaise, que apesar de me dizer que ninguém vai ler “isso”, me oferece ajuda pra terminar “isso”. À Rafaela e ao Pedro, sem vocês teria perdido mais da metade dos prazos do Posgea. Começar e terminar uma dissertação, onde metade foi em pandemia, não é fácil, “aos trancos e barrancos” ela se fez, então gostaria de agradecer à CAPES por me proporcionar dez meses de dedicação exclusiva aos estudos.

À minha orientadora, Cláudia, que desde 2018 têm paciência - eu sei que foi preciso - e por sempre achar que eu tinha algo a dizer. Aos meus amigos NegAtivos, “NEGA Quilombola”, que me motivam a buscar mais. Ao Will, pela parceria; à Laura, além de tudo, pelas canastras; e à Giulia, pelo “Foco”, não teria conseguido sem. A vocês obrigada pela caminhada destes cinco anos. À Lara, por me pedir muitos mapas para que eu me sinta geógrafa e por me dar a mão e me orientar com carinho, principalmente neste último ano e por não desistir de me ajudar quando eu já tinha desistido.

À todas as comunidades quilombolas que nos recebem com carinho e ensinamentos. Não saberia de nada sem vocês, vocês me tornaram geógrafa e militante. Em especial, gostaria de agradecer ao Quilombo Kédi por permitir a realização da cartografia social da comunidade e sempre nos receber com muita acolhida.

“Aqui é meu lugar, aqui é minha raiz. Aqui eu quero ficar pra sempre!”

Tânia Dutra, em entrevista à cartografia social no Quilombo Kédi (2022/2).

RESUMO

O trabalho traz a análise da cartografia social realizada no Quilombo Kédi, localizado no bairro Boa Vista - no município de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul - hoje considerado de classe média-alta, no passado o bairro sofreu intensa gentrificação entre os anos de 1960 e 1990. O quilombo Kédi foi testemunha destas transformações no espaço, que até então era produzido pelo modo de vida negro local. Além do quilombo Kédi se encontra, no bairro Três Figueiras, que faz divisa com o Boa Vista, o Quilombo da Família Silva, primeiro quilombo urbano do Brasil (2009), sabendo dessa configuração espacial buscamos evidenciar o conjunto dessas duas territorialidades como um bairro negro na Porto Alegre de 1950. Onde hoje observa-se uma paisagem extremamente urbanizada, no passado a paisagem era rural, de grandes extensões de terras. Desses movimentos da cidade, dos movimentos quilombola, e dos movimentos do cartografar surge como objetivo: Analisar a Retomada Territorial do Quilombo Kédi através das memórias comunitárias representadas em cartografia social. Para conseguirmos analisar as cartografias realizadas, a fim de colaborar para os desdobramentos e compreensão do trabalho, o problema de pesquisa nos auxilia a pensar: *Qual cartografia resultaria do processo co-participativo para a construção de representações narrativas e cartográficas para o Quilombo Kédi?* Como auxílio para resolução deste problema surgem os objetivos específico 1) Evidenciar um território negro nos bairros Três Figueiras e Boa Vista; e, 2) Analisar a cartografia como instrumento e problematização das retomadas territoriais de quilombos urbanos. O embasamento teórico se fixou nos conceitos de território, retomada territorial, e cartografia social; todos atrelados ao entendimento de ruptura com o racismo estrutural e da necessidade de uma reparação histórica concreta. Como resultado pode-se observar, através da análise dos Marcadores Territoriais dos quilombos Kédi e Silva um *continuum território* que se fez ao longo dos anos e concretizou os Valores Civilizatórios Afro-brasileiros.

Palavras-chave: Território. Quilombo Urbano. Bairro Negro. Racismo Estrutural.

RESUMEN

El trabajo analiza la cartografía social realizada en Quilombo Kédi, ubicado en el barrio de Boa Vista - en el municipio de Porto Alegre, capital de Rio Grande do Sul - hoy considerado de clase media alta, en el pasado el barrio sufrió una intensa gentrificación entre los años de 1960 a 1990. El quilombo Kédi fue testigo de estas transformaciones en el espacio, que hasta entonces eran producidas por el modo de vida local negro. Además del quilombo Kédi, en el barrio Três Figueiras, que limita con Boa Vista, se encuentra el Quilombo da Família Silva, el primer quilombo urbano de Brasil (2009). Conociendo esta configuración espacial, buscamos resaltar el conjunto de estas dos territorialidades. como barrio negro en Porto Alegre en 1950. Donde hoy hay un paisaje extremadamente urbanizado, en el pasado el paisaje era rural, con grandes extensiones de terreno. De estos movimientos de ciudad, movimientos quilombolas y movimientos cartográficos surge el objetivo: Analizar la Reanudación Territorial del Quilombo Kédi a través de las memorias comunitarias representadas en la cartografía social. Para poder analizar la cartografía realizada, con el fin de contribuir al desarrollo y comprensión del trabajo, el problema de investigación nos ayuda a pensar: *¿Qué cartografía resultaría del proceso coparticipativo para la construcción de narrativas y cartografías? representaciones de Quilombo Kédi?* Como ayuda para la solución de este problema, surgen los objetivos específicos: 1) Resaltar un territorio negro en los barrios Três Figueiras y Boa Vista; y, 2) Analizar la cartografía como instrumento y problematizar la recuperación territorial de los quilombos urbanos. La base teórica se basó en los conceptos de territorio, recuperación territorial y cartografía social; todo ello vinculado a la comprensión de la ruptura con el racismo estructural y la necesidad de una reparación histórica concreta. Como resultado, se puede observar, a través del análisis de los Marcadores Territoriales de los quilombos Kédi y Silva, un territorio continuo que se fue creando a lo largo de los años y materializó los Valores Civilizadores Afrobrasileños.

Palabras-clave: Território. Quilombo Urbano. Distrito Negro. Racismo Estructural.

ABSTRACT

The work analyzes the social cartography carried out in Quilombo Kédi, located in the Boa Vista neighborhood - in the municipality of Porto Alegre, capital of Rio Grande do Sul - today considered upper-middle class, in the past the neighborhood suffered intense gentrification between the years from 1960 to 1990. The Kédi quilombo was a witness to these transformations in space, which until then was produced by the local black way of life. In addition to the Kédi quilombo, in the Três Figueiras neighborhood, which borders Boa Vista, there is Quilombo da Família Silva, the first urban quilombo in Brazil (2009). Knowing this spatial configuration, we seek to highlight the set of these two territorialities as a black neighborhood in Porto Alegre in 1950. Where today there is an extremely urbanized landscape, in the past the landscape was rural, with large expanses of land. From these city movements, quilombola movements, and cartography movements, the objective arises: Analyzing the Territorial Resumption of Quilombo Kédi through community memories represented in social cartography. In order to be able to analyze the cartography carried out, in order to contribute to the developments and understanding of the work, the research problem helps us to think: *Which cartography would result from the co-participatory process for the construction of narrative and cartographic representations for Quilombo Kédi?* As an aid to solving this problem, the specific objectives arise: 1) Highlight a black territory in the Três Figueiras and Boa Vista neighborhoods; and, 2) Analyze cartography as an instrument and problematize the territorial recovery of urban quilombos. The theoretical basis was based on the concepts of territory, territorial recovery, and social cartography; all linked to the understanding of rupture with structural racism and the need for concrete historical reparation. As a result, it can be observed, through the analysis of the Territorial Markers of the Kédi and Silva quilombos, a continuous territory that was created over the years and materialized the Afro-Brazilian Civilizing Values.

Keywords: Territory. Urban Quilombo. Black Quarter. Structural Racism.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AKANNI - Instituto de Pesquisa e Assessoria em Direitos Humanos, Gênero, Raça e Etnias

CLACSO - Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais

DEM HAB - Departamento Municipal de Habitação

FACED - Faculdade de Educação

FCP - Fundação Cultural Palmares

FQ - Frente Quilombola

IACOREQ - Instituto de Assessoria às Comunidades Remanescentes de Quilombo

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPEA - Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas

MPE - Ministério Público Estadual

MPF - Ministério Público Federal

NEGA - Núcleo de Estudos Geografia e Ambiente

POA - Porto Alegre

RS - Rio Grande do Sul

RTID - Relatório Técnico de Identificação e Demarcação

UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

1. Palavras Iniciais	11
1.1 O quilombo Kédi como lócus da pesquisa	15
1.2 A Cartografia Social e o NEGA	17
2. O lugar que ocupamos no território	21
2.1 Território Quilombola	23
2.2 Retomada territorial e reparação histórica na perspectiva geográfica	31
2.3 Cartografia social	35
3. Cartografar é preciso	46
3.1 Nossa caminhada com a cartografia social: Metodologia	46
4. O Quilombo Kédi e a retomada territorial	59
4.1 As cartografias quilombolas e as representações do seu espaço	69
5. Considerações Finais: As lutas pela permanência e reconhecimento na cidade	82
6. Referências	86

1. Palavras Iniciais

A caminhada junto ao tema é a justificativa e a motivação do trabalho. Em 2018, ainda aluna de bacharelado em geografia, me inseri no Núcleo de Estudos Geografia e Ambiente (NEGA/UFRGS), onde o foco de atuação do NEGA, orientada pela Prof.^a. Dr.^a. Cláudia Pires, são as comunidades quilombolas de Porto Alegre a partir do mapeamento co-participativo (PIRES, *et al*, 2016).

Esse modo de mapear busca compreender o espaço a partir de quem sofre os processos de remoção e inviabilização de suas práticas ancestrais e cotidianas, a parceria que se estabelece entre comunidade e pesquisadores prioriza uma relação igualitária e dialógica, com compromisso social e político diante de todo o processo. O trabalho do NEGA Quilombola, que é desenvolvido desde 2014, está materializado na publicação do Atlas da Presença Quilombola em Porto Alegre (2021), além de outras duas cartografias realizadas no ano de 2021, publicadas no Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO, 2022), totalizando - até o momento - onze comunidades quilombolas autorreconhecidas em Porto Alegre/RS (figura 1).

O NEGA constrói, através da prática de iniciação científica, ensino e extensão, profissionais comprometidos com a relevância social na profissão de geógrafo (sejam bacharéis ou licenciados). São desenvolvidas atividades de educação e do estudo do espaço geográfico a partir do território, que para ciência se destina a compreender as relações de poder, lidas como as relações políticas e sociais na tessitura com o espaço. A realização destes trabalhos além de formadores do futuro profissional, tem o papel de devolver às pessoas da cidade o investimento que fazem na universidade pública de qualidade. Trabalhar, especialmente, com comunidades quilombolas é compreender uma nova forma de existir e se colocar no espaço, compreendendo a preservação das tradições de forma coletiva com o uso comum da terra, e do que dela provém como benefício de todos.

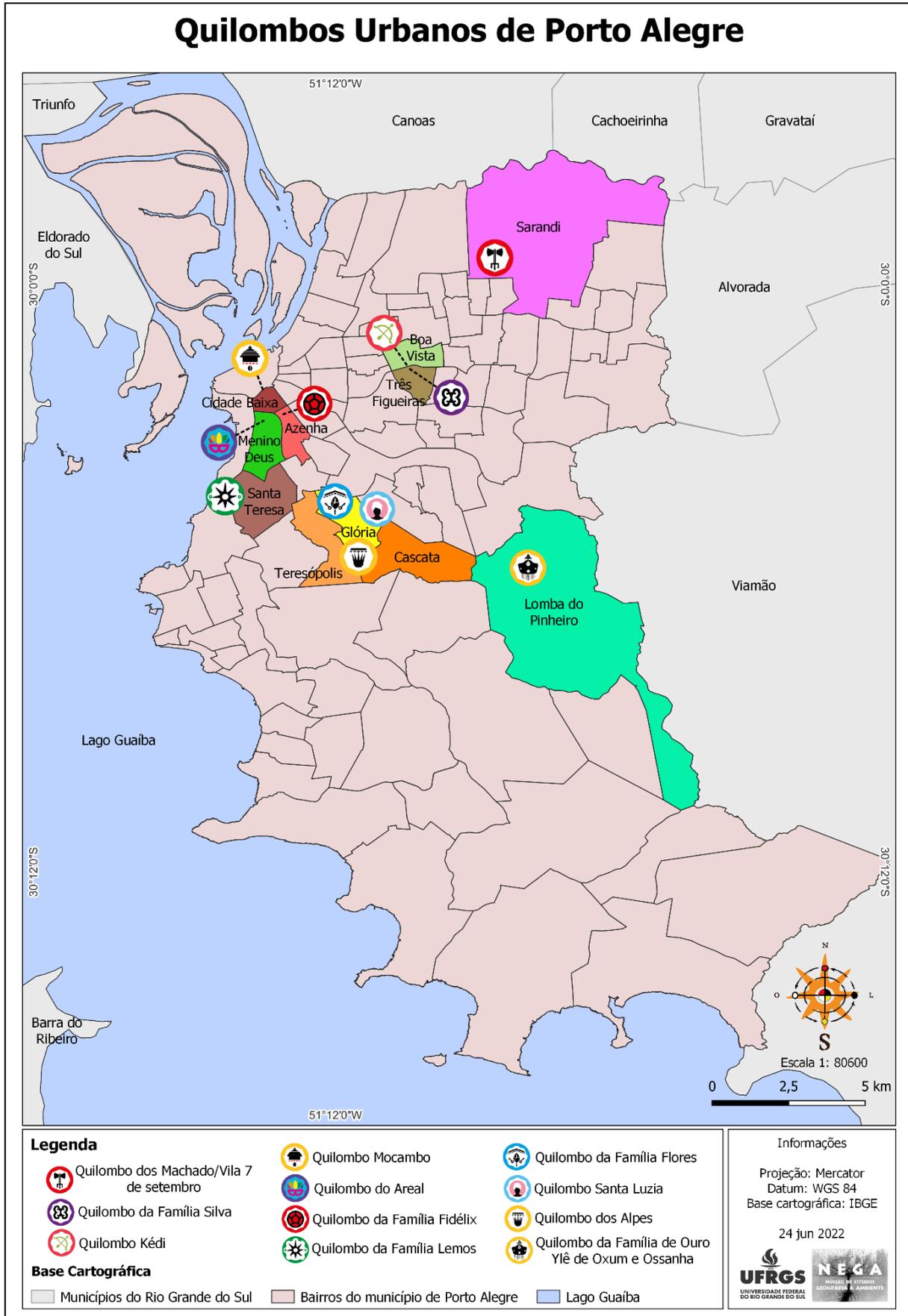


Figura 1: Localização dos Quilombos Urbanos de Porto Alegre. **Fonte:** Laisa Zatti, 2022.

Nesse contexto, de pesquisadora e extensionista pelo NEGA/UFRGS, que a dissertação se propõe, buscando evidenciar pela representatação cartografica a territorialidade do Quilombo Kédi, que se autorreconheceu em 2020. Para comunidades quilombolas, é no território que se expressam o sagrado, a ancestralidade e os modos de se contruírem na cidade, esses são os Marcadores Territoriais (Henriques, 2004), que tem manifestação no seu território ancestral. Isso significa que comunidades quilombolas, comunidades sociais em geral, precisam do seu espaço físico para existir e resistir. Reconhecer as comunidades quilombolas torna-se um compromisso social, pois não é sempre que um Quilombo consegue emergir do racismo estrutural que envolve o Brasil, então ao se autoconhecer como quilombolas eles devem ser respeitados, instigando profissionais de diversas áreas a lutarem, junto à eles, pelo seu (re)existir.

O apagamento e silenciamento da cultura negra, quilombola, no país não deve ser reproduzidos, por isso compreende-se que a cartografia social das comunidades quilombolas são importantes para pensar e discutir as estratégias do espaço geográfico. O principal questionamento da pesquisa se problematiza ao pensarmos: *Qual cartografia resultaria do processo co-participativo para a construção de representações narrativas e cartograficas para o Quilombo Kédi?* Então, como recorte metodológico, para discutir essa pergunta propõe-se analisar a importância das representações da cartografia social (realizada em 2022) para o Quilombo Kédi, autorreconhecido em 2020.

A partir das representações cartográficas abordamos a Retomada Territorial do Quilombo Kédi que entrou com processo de autoidentificação, para receber a certidão de comunidade quilombola, junto a Fundação Cultural Palmares (FCP), em março de 2021. E somente no final da escrita dessa dissertação, é que a comunidade recebe a portaria FCP N°37 de 17 de março de 2023 de certificação, tornando-se a 8ª comunidade de Porto Alegre com certidão publicada. A conjuntura política que o Brasil se encontrava entre os anos de 2019 a 2022, com o Bolsonaroismo, intensificou o racismo estrutural e institucional no país. Dentre muitas ações, promoveu o desmantelamento de órgãos de fomento a titulação de terras quilombolas - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) - e também o de demarcação de terras indígenas - Fundação Nacional do Índio (FUNAI) -, colocando como presidentes dessas instituições pessoas completamente desalinhadas com as causas desses

grupos racialmente discriminados nas políticas públicas. Este ato faz com os processos históricos de apagamento dessas populações se mantenham, tornando o processo de retomada territorial ainda mais difícil.

Frente a isso propõem-se como objetivo deste trabalho:

- Analisar a Retomada Territorial do Quilombo Kédi através das memórias comunitárias representadas com a cartografia social.

Para isso utilizaremos da metodologia de Cartografia Social Quilombola (Pires e Bitencourt, 2021) realizada nas comunidades do Quilombo da Família Silva, em 2018 e do Quilombo Kédi, em 2022, a fim analisar criticamente o que as cartografias revelaram, formando-se assim os objetivos específicos da dissertação:

- Evidenciar a organização de um território negro nos bairros Três Figueiras e Boa Vista;
- Analisar a cartografia como instrumento e problematização das retomadas territoriais de quilombos urbanos.

A cartografia social é a possibilidade de instigar um novo olhar sobre determinado espaço. A partir da memória dos sujeitos da comunidade sobre a formação territorial do espaço onde estão, é que se constroem as representações cartográficas. A cartografia de comunidades quilombolas serve para o reconhecimento dos quilombolas sobre seu território e também pode servir como um instrumento oficial, para colaborar na retomada territorial da comunidade. “Cartografar é preciso”, presente no título, é reflexo de um país excludente, onde grupos quilombolas, ribeirinhos, trabalhadores sem terra, indígenas, dentre outros, muitas vezes não são descritos de forma positiva. Evidenciando através dos próprios sujeitos formadores do espaço, aos descreverem e rememorarem seus modos de vida, particulares de cada comunidade, possibilita gravar os grupos sociais na formação das cidades.

1.1 O quilombo Kédi como lócus da pesquisa

O Quilombo Kédi se localiza no Bairro Boa Vista, na capital do estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre (figura 2). Os primeiros moradores do Quilombo Kédi se estabeleceram na cidade nos anos 1950 sob as condições de uma zona com características rurais na borda urbana. Encontrando na zona norte da cidade, no bairro Boa Vista, um vazio geográfico onde estabeleceram residência em busca de melhores condições de vida.

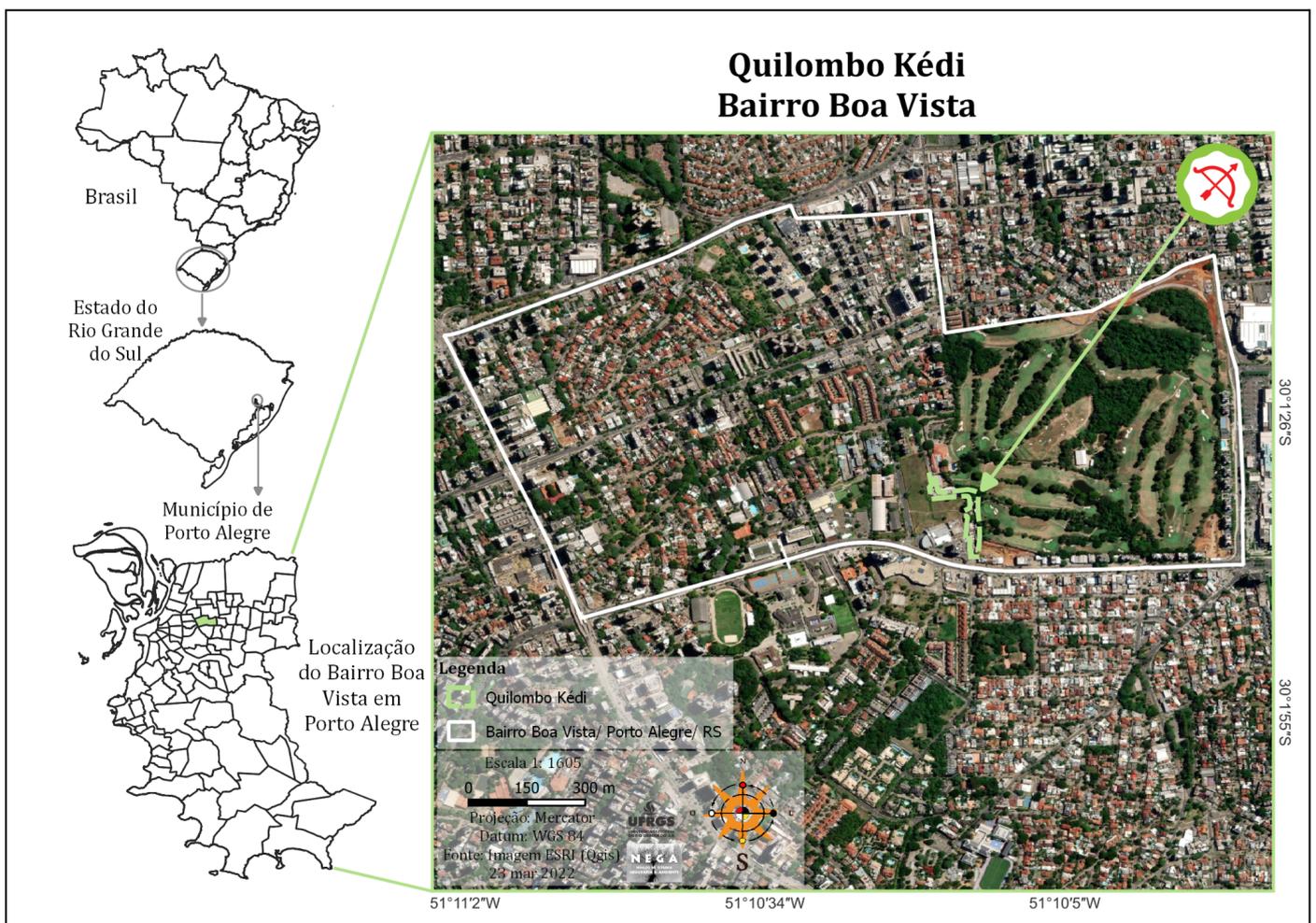


Figura 2: Localização do Quilombo Kédi no bairro Boa Vista, POA/RS. **Fonte:** Laisa Zatti, Dossiê, 2022.

A configuração socioespacial quilombola sempre esteve presente, os quilombos de Porto Alegre são antigos e o modo de *Ser* da população negra que compõem a cidade é ancestral, estando presentes nas casas de religião de matriz africana, nas quitandeiras da Praça da Alfandega, nas rodas de capoeira, nos clubes de negros espalhados de norte a sul na cidade. Com base nisso o Quilombo Kédi se aloja onde sempre esteve, modelando a cidade de Porto Alegre, ocupando os

espaços de lazer e trabalho. O Kédi é um quilombo que reúne aquilo que Beatriz Nascimento (2007) reforça como a comunhão fraterna, solidária e coletiva. A sociedade quilombola é exemplo de um modo de existir igualitário, com progresso econômico e sociopolítico.

Conforme dados disponibilizados pelo site do OBSERVAPOA (2020), o bairro Boa Vista possui 8.750 habitantes, representando 0,62% da população do município. O perfil dos moradores que compõem a região são, 50% de idosos e as mulheres são maioria, com 55% da população (IBGE, 2010). O bairro tem uma área de 1,09km², o que representa 0,23% da área do território municipal e o rendimento médio dos responsáveis por domicílio é de 11,99 salários-mínimos¹. A composição racial do bairro é expressa pela presença de 96,3% de população branca e apenas 3,2% de população negra (ObservaPoa, 2020). A comunidade quilombola contrasta em desigualdade com os indicativos de renda, raça-cor e média de idade do bairro.

Formado em sua maioria por pessoas negras e mestiças que trabalham na prestação de serviço para as casas ricas do bairro ou de forma irregular junto ao Country Club de onde deriva o nome da comunidade: Quilombo Kédi (nome ressignificado, mas que no passado fazia menção aos *caddies* de golfe). O rendimento mensal de seus trabalhadores assalariados é de um salário-mínimo e meio por família, na maioria chefiada por mulheres negras, solteiras e jovens. Atualmente, entre os moradores há idosos, crianças, jovens e pessoas com deficiência física e mental que dependem e estão integrados aos serviços de saúde, educação e assistência social do bairro Boa Vista e arredores.

O Quilombo Kédi, perpetuou seus Valores Civilizatórios Afro-brasileiros (Trindade, 2010) que são princípios de formação da cultura negra, através do autoconhecimento de sua identidade quilombola. Atualmente, o território do Quilombo Kédi sofre com a especulação imobiliária do local onde reside, primeiro pelas obras de ampliação da avenida Frei Caneca que cruza cortando ao meio todo o território para facilitar o caminho em direção aos shoppings da zona; e segundo pelo empreendimento que está sendo construído na fronteira com o território quilombola (Figura 3).

¹ O salário mínimo: ano de 2020, R\$1.039,00; ano de 2022, R\$1.212,00; ano de 2023, R\$1.380,60.

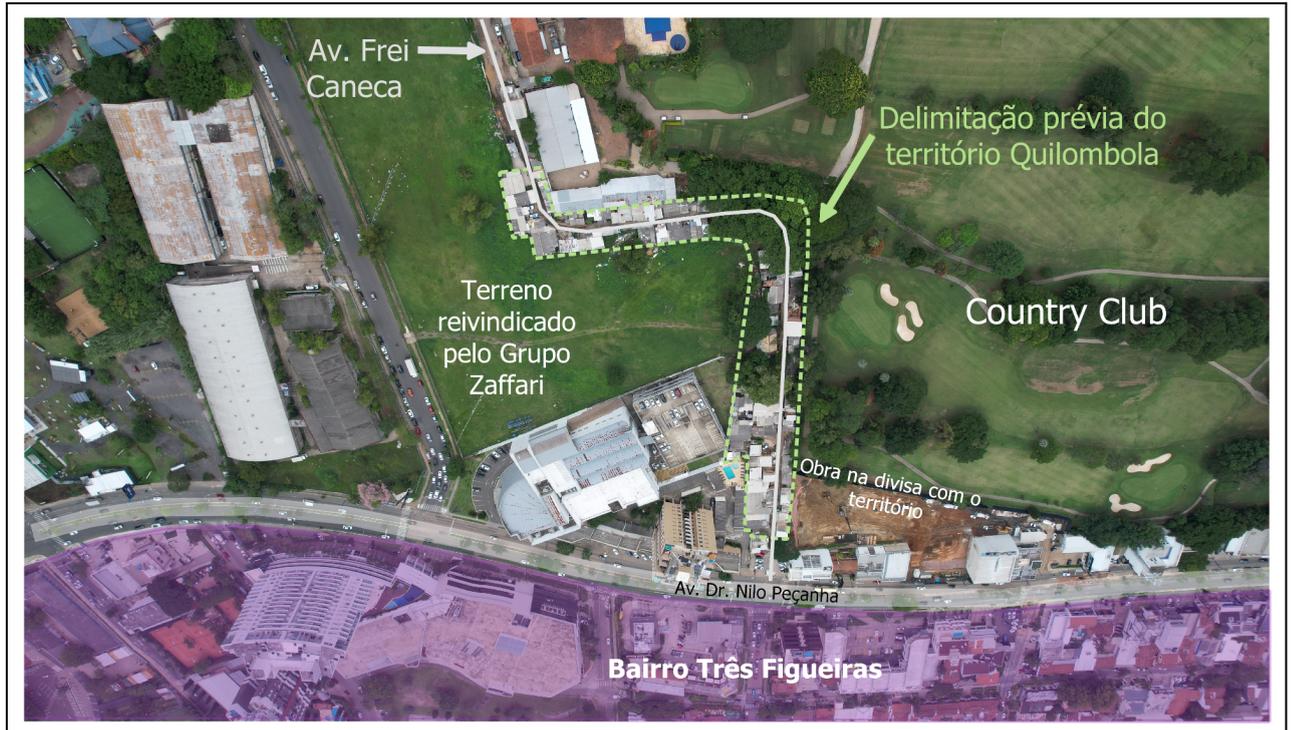


Figura 3: Imagem obtida por drone das obras em desenvolvimento na fronteira com o território do Quilombo Kédi. **Fontes:** Imagem, Giuliano Lucas, 2022; ilustração na imagem, Laisa Zatti, 2022.

1.2 A Cartografia Social e o NEGA

A Cartografia Social tem como método ver o mundo na escala do cotidiano onde o sujeito que cartografa não é o pesquisador, mas sim o grupo comunitário que vive e espacializa o território. A Cartografia Social está dentro da grande área de conhecimento da Cartografia, então, dentro dos seus métodos ela busca valorizar a participação de agentes dos territórios tradicionais e coletivos para que evidenciem as situações inerentes ao território, seus valores simbólicos, culturais, demarcação territorial, áreas de conflitos e preservação.

No NEGA podemos destacar a importância da cartografia como instrumento de luta. Em Sinthia Batista (2014) a cartografia é proposta pela compreensão do mapa enquanto processo e seus diferentes saberes e relações de poder. Para Cristiano Quaresma (2018) é uma linguagem fundamental para o diálogo da pesquisa a partir do método que pressupõem a representação cartográfica como debate crítico de sua produção. Portanto, utilizar-se da cartografia como afirmação territorial para os grupos sociais é uma forma de reverter o processo de hierarquização dos saberes, é conceder aos que normalmente não tem lugar de fala na academia que se mostrem.

A filósofa Djamila Ribeiro (2017) nos traz esse ponto, de que se precisa modificar os olhares e perceber falas que são excluídas, ou desqualificadas, como sendo sujeitos de orações. A cartografia social que se busca demonstrar aqui não é uma visão somente acadêmica, mas também das comunidades, de como se descrevem, e como é seu modo de ser e estar no território que habitam há décadas. As lideranças ou representantes destes territórios sociais cartografam suas comunidades mostrando o passado e o presente em uma imagem de satélite dos seus territórios, formando suas próprias legendas do que consideram importante ser revelado. Depois das intervenções comunitárias - suas legendas - são apresentadas, em mapas temáticos, essa apresentação não deve ser lida como a sujeição destas comunidades à academia, mas sim como a possibilidade dessa informação ser lida e percebida por um maior grupo de pessoas e também estarem oficializadas. A representação temática das informações, através do método cartográfico, evidencia as reivindicações e articulações sociais e políticas desse grupo.

A Cartografia Social salienta a presença e a afirmação das tradições quilombolas nos diferentes territórios que compõem a cidade, se caracterizam pelos valores afro civilizatórios que organizam as comunidades em suas lutas e resistências cotidianas. As comunidades, hoje chamadas de remanescentes de quilombos, pelos órgãos oficiais do Estado brasileiro, são elos da continuidade africana, que jamais perderam seu fio histórico, dentro do processo de colonização que foram forçados a fazer, quando sequestrados da África vieram para a América. Os Quilombos são centros de luta e de resistência cultural, materializando no modo de viver o espaço, o que Antônio Bispo (2019) aponta como um símbolo de luta pela terra comunitária e pela liberdade em toda a diáspora africana nas Américas. O pensamento contra colonial, decolonial, dele e de Beatriz Nascimento (2007) são os elos que ligam a cartografia social ao direito territorial das comunidades quilombolas.

O modo como pessoas e lugares são vistos, no Brasil, tem reflexo no racismo estrutural, e o Estado, e a sociedade, utilizam disso direta ou indiretamente para controlar os indivíduos e grupos racializados. Silvio Almeida (2020) nos diz que o racismo não precisa de consciência para existir, ele advém dos processos históricos que moldaram a sociedade brasileira. Então os indivíduos racializados têm que identificar-se como tal para que haja uma retomada de seus espaços como produção cultural e modo de estar. Diferentemente do que ocorre com os espaços brancos, que

não precisam se assumir para existir. O racismo estrutural compõe os modos de enxergar as paisagens e compreender os diferentes territórios da cidade, e estes territórios normalmente entram ou já estão em disputa pelos lugares “privilegiados” onde se inserem na cidade de Porto Alegre. A estrutura anti-negro no país (Cunha, 2020), é a desconsideração e criminalização dos modos de ser e estar dos espaços produzidos pela população negra, fazendo com que comunidades negras sejam alvo do racismo e da especulação imobiliária. Essa estrutura faz com que essas populações racializadas tenham que lutar constantemente contra uma sociedade que as enquadra em determinado lugar, com determinado estereótipo. Trazer à tona a temática torna-se constantemente necessário. Quando descobre-se o lugar no qual estamos falando, o universitário, percebe-se que este é um espaço de privilégio, e à medida que compreende-se os pensamentos hierárquicos que compõem o Brasil fica mais evidente a necessidade do debate público sobre as desigualdades que nos cercam.

Andreilino Campos (2004) nos mostra que o modo de pensar o espaço sempre foi dominante, onde a população branca burguesa sempre participou dos processos de construção da cidade como sujeitos históricos. Já os demais grupos, chamados “minoritários”, nunca puderam fazer parte desse processo de construir a cidade em relação a direitos sociais, política e economia. Mas por outro lado, sabe-se bem, que foram os grupos “marginalizados” que construíram as cidades com sua força de trabalho escravizada ou mal remunerada, sendo eles, fundamentais para o alargamento das cidades urbanas e suas estruturas como as conhecemos hoje. Muitos deles vinham para os centros urbanos pelo déficit habitacional no campo, já que a Lei de Terras de 1850 excluiu a população negra de poder adquirir terras para produção e moradia, e migraram para localizarem-se próximos dos locais onde ofereciam trabalhos, justamente porque quando o escravizado era liberto não se oferecia trabalho remunerado para ele, forçando a migração dessa população para os centros urbanos, onde eles se alocavam nos espaços vazios ou improdutivos, das bordas das cidades, para fixar residência.

A Retomada Territorial tratada no decorrer da dissertação está compreendida como sendo a reapropriação do território que já é pertencente à comunidade, mas que pelo motivo do racismo estrutural não param para perceber sua construção social quilombola, que muitas vezes só é percebida a partir de exemplos de

autoidentificação de outras comunidades quilombolas. O Quilombo Kédi, sujeito neste trabalho, se identifica quando percebe as semelhanças que há entre os diversos territórios quilombolas da cidade de Porto Alegre/RS com o seu, a partir dessa percepção acontece o autorreconhecimento quilombola da comunidade Kédi, que antes eram conhecidos como *Vila Caddie* porque seus moradores, em maioria, eram trabalhadores informais do Porto Alegre Country Club, para que se apropriem do seu território como Quilombo.

A reterritorialização se constitui pelo movimento de consciência territorial, como aborda Zilá Mesquita (1995), sendo uma “territorialidade-socialidade”, sob a perspectiva de autonomia e liberdade, de reconstrução e retomada de laços simbólicos, de identidade, memória e ancestralidade, incorporados no território com uma nova designação. A retomada do território sob um olhar espiritual, político e cultural, nessa tripla relação de forma crítica, evidencia o que Isabel Henriques (2004) chamou de Marcadores Territoriais, que são a preservação da identidade negra ancestral. Os Marcadores Territoriais são utilizados como a identidade cultural do povo negro, sendo assim a análise proposta é do todo, de todas as relações que ligam o território entres seus valores simbólicos e concretos. Os objetivos apresentados são uma forma de salientar o enfrentamento à segregação socioespacial dessas comunidades, imposta pelo sistema colonizador, e vendo na Retomada Territorial do Quilombo Kédi a restauração do território, enquanto possibilidade de fortalecer vínculos baseado na sua organização social dada pelos laços de parentesco.

2. O lugar que ocupamos no território

Qual o lugar que ocupamos? Qual lugar no espaço pertencemos? Que lugar é esse? Muitas são as perguntas em torno do Lugar, porque é no lugar que existimos e somos quem podemos e queremos ser, mas é na dimensão do território que reivindica-se, então o lugar e território são intrínsecos à existência humana.

O conceito de Lugar passa pelo simbólico, pelas relações com o espaço percebido e vivido. É onde os objetos, sujeitos e ações se encontram e trocam relações múltiplas. Os lugares podem ser casas, ruas, praças, escolas, natureza. O lugar é a dimensão da afinidade dentro do território, que se delimita por relações culturais de pertencimento, por diferentes usos de comunidade específica, como escolas, terras indígenas, quilombos, que se pensa e produz o espaço. “O lugar que ocupamos no território” é o território usado, é a territorialidade que, como aborda Milton Santos,

...é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho; o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida” (SANTOS, 2006, p. 15).

Então quando tratamos territórios quilombolas estamos tratando de um espaço político, de trabalho, que está atrelado às relações de poder e as relações do cotidiano, onde está inserido. Espaço, é a categoria de análise da geografia, já território e lugar são conceitos que proporcionam a compreensão da organização da humanidade e a explicação do porquê em determinados espaços se agem de determinadas formas. Como nos diz Raffestin (1993), “[...] o território se apóia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção, a partir do espaço [...]” (RAFFESTIN, 1993, p. 143), o território é onde se configuram os resultados das ações intencionais, materiais e simbólicas, conduzidas pelos sujeitos territorializados.

Ao viver em sociedade nos influenciemos por dois fatores para produzir o território e o lugar cotidiano que habitamos, são elas: o espaço e o tempo, que possibilitam a reprodução do espaço vivido. Milton Santos (1978), chama essas relações que estão acontecendo, pelos conjuntos de objetos e ações, que representam as relações sociais, e descrevem o espaço como um “verdadeiro campo de forças cuja formação é desigual.” (Santos, 1978, p.122), sendo assim o território

não se desenvolve ou se apresenta em condições iguais para todos. Quando pensamos em comunidades racializadas vemos que elas pensam por si próprias e apoiam outras lógicas de valores que não o capital, sendo sua existência uma contrapartida ao pensamento hegemônico e colonizado. Beatriz Nascimento (2021), ao se referir às comunidades quilombolas, diz que estas são sistemas alternativos, isso porque suas práticas autônomas, organizacionais, culturais, revelam outras possibilidades de organização social, em todos os tempos e espaços que estão inseridas.

Essa apresentação inicial serve para exemplificarmos a cola que une o lugar ao território: o espaço, é nele que se manifestam as relações sociais e o que está acontecendo no momento - sendo os lugares de trabalho e os lugares de vivências - uma relação de continuidade do passado com o presente. Para nós a análise do conceito de território se torna central por todo o significado que este tem com as relações políticas que moldam os espaços. Os territórios quilombolas urbanos sofrem com disputas cotidianas, sejam por suas localizações “privilegiadas” ou por seus modos de ser, sendo sua cor, predominantemente, tornada alvo e disputa de hierarquização. Andreilino Campos (2010) alerta sobre as políticas de desqualificação, que os territórios populares, dos movimentos sociais, sofreram e sofrem devido aos ataques sistemáticos do Estado, e pelas vizinhanças desses territórios, acarretando em estigma² social. Território torna-se o conceito central da discussão por ser necessário evidenciar as múltiplas territorialidades que podem estar inseridas em um espaço.

O território abordado é o do poder e o do existir, ambos fazem parte da dimensão das relações sociais. Então, trataremos o território como define Zilá Mesquita, sendo “[...] a tradução de aspectos simbólicos.” (1995, p.78), pois a retomada territorial está presente, principalmente, nos territórios comunitários, porque são estes grupos que material e simbolicamente apropriam-se do espaço e o territorializam, dando um significado pela ancestralidade. Através do território, as

² Vamos ler o termo “estigma” como o mesmo empregado por Andreilino Campos (2010) “com o mesmo sentido usado por M. L. Tucci Carneiro, que, por sua vez, está apoiada em E. Goffman. Segundo este autor, o termo “estigma” caracteriza aqueles grupos ou indivíduos que estão inabilitados para a aceitação social. O estigma é classificado em três níveis: a) por deformidade física; b) por culpa de caráter individual; e, c) *por estigmas tribais, de raça, religião e nação. Este último é definido como aquele que pode ser transmitido através de linhagem e contaminar todos os membros de uma família.* (GOFFMAN, E apud CARNEIRO, 1998:152)” (Campos, 2010, p. 22, grifo nosso).

peças que vivem nele, criam sua relação cultural-simbólica e suas relações afetivas de identidade, o território, juntamente com o lugar, pressupõe a complexidade do existir. Na análise do território, do poder com o simbólico, pode-se pensar o espaço. Por isso, para a discussão, ao falarmos da comunidade quilombola Kédi, estamos nos referindo ao termo: território do Quilombo Kédi.

2.1 Território Quilombola

O recorte espaço-temporal da discussão são os quilombos urbanos contemporâneos. Sobre essa perspectiva, o território e a territorialidade quilombola, serão vistos pelas considerações de Milton Santos (1978 e 1996) e Zilá Mesquita (1995) em suas concepções de território usado e vivido, pois é no território que as reivindicações, a identidade e a ancestralidade se expressam. Para fortalecer a compreensão das simbologias quilombolas serão utilizadas as considerações de Isabel Henrique (2004) e Azoilda Trindade (2003), onde teorizam sobre marcadores territoriais e os valores civilizatórios afro-brasileiros, respectivamente. E sobre as reivindicações quilombolas utilizaremos Beatriz Nascimento (2021) e Antônio Bispo (2019), que examinam os modos de existir dos descendentes da Diáspora Africana. A análise dos doutores e mestres acima são a cola que fortalece o entendimento de “território quilombola”, sendo território e retomada territorial o direito de existir, de expandirem sua ancestralidade e seu modo de ser, de terem segurança alimentar, moradia e sustento; reivindicar o direito legal de reconhecimento de territórios ocupados e cultivados com seus valores e especificidades.

Para Milton Santos o território tem uma configuração material, mas a existência real do território é a essência social, que se expressa pelas relações sociais,

No começo da história do homem, a configuração territorial é simplesmente um conjunto de complexos naturais. À medida que a história vai se fazendo, a configuração territorial é dada pelas obras dos homens: estradas, plantações, casas, depósitos, portos, fábricas, cidades etc., verdadeiras próteses. Cria-se uma configuração territorial que é cada vez mais o resultado de uma produção histórica e tende a uma negação da natureza natural, substituindo-a por uma natureza inteiramente humanizada. (Santos, 2014, p.62)

O valor agregado à primeira natureza, torna-se a segunda natureza, o espaço transformado que habitamos. Ele está impregnado pela globalização com um valor

capital atribuído, mas também com um valor simbólico. No destaque acima, Santos trás as relações sociais como o elo da natureza (espaço) humanizada, podemos ler isso como território, que também é formado pela segunda natureza, porque a humanidade passa a utilizá-la, para além das edificações, do concreto, “aquilo que o homem utiliza em sua vida cotidiana, ultrapassa o quadro doméstico e, aparecendo como utensílio, também constitui um símbolo, um signo” (Santos, 2014, p.66), sendo o território o espaço onde se constitui a identidade individual e a de grupo.

Diversos autores (Vieira, 2017; Rego, 2008; Campos, 2004; Claval, 1999; Raffestin, 1993) fazem a leitura do território como poder e espaços de significação. Porto-Gonçalves (2006, p. 163) apoia a visão de que “toda apropriação é, ao mesmo tempo, ou não antes ou depois simbólica”, afinal um grupo social não se territorializa em um espaço que não tenha significado. As leituras referentes ao território se ligam em duas dimensões, sendo a posse da terra e o vínculo com ela, os dois se unem no desenvolvimento da territorialidade, numa memória ancestral e coletiva. Para Andreilino Campos (2004),

A relação tempo/espaço é fundamental para o desenvolvimento de uma territorialidade plena, fator preponderante para alcançar a identidade territorial. Enquanto a territorialidade diz respeito, em particular, ao indivíduo e lugar apropriado, a identidade espacial, para ser factível e reconhecida pelos demais grupos sociais, têm a necessidade de, primeiro, ser construída no interior do próprio grupo, dentro de um espírito de solidariedade, e ainda, uma relação forte com o meio ecológico e as infraestruturas e com os membros de sua “comunidade”. (Campos, 2010, p.37)

O mesmo é reforçado por Haesbaert (2008) e Nelson Rego (2008), sobre os territórios usados e vividos, sendo ele,

[...] múltiplo, diverso e complexo, [...], desdobra-se ao longo de um continuum que vai da dominação político-econômica mais concreta e funcional à apropriação mais subjetiva e/ou cultural-simbólica [...]. (Haesbaert, 2008, p. 20)

[...] cabe ressaltar, que os extremos do continuum não se distinguem mecanicamente, pois entre eles movimentam-se uma multiplicidade de manifestações, que combinam de modos variantes, poderes, sujeitos e estratégias, no exercício das territorialidades. (Rego, 2008, p.10)

O território, apresentado por Daniele Vieira (2017), apresenta a marca do que pertence e do que não pertence a determinado espaço, os estigmas sociais que compõem a territorialidade de alguns grupos oferecem identificação ou

distanciamento - topofilia ou topofobia (Yi-Fu Tuan, 2012) - tudo depende de como a sociedade foi construída. No caso brasileiro, somos uma sociedade marcada pelo racismo estrutural e pela falácia da democracia racial, e a partir disso, podemos entender que os territórios quilombolas são as representações simbólicas que se desejam para aquele espaço; ao constituir um território,

[...] são instituídos limites territoriais, que internamente moldam comportamentos e atividades a serem desenvolvidos naquele território. Evidencia-se uma disputa não apenas pelo uso do território, mas também pelas representações sociais relacionadas a este. Popular ou erudito? Selvagem ou civilizado? Profano ou sagrado? Tais representações estão atreladas a ideais de civilidade – resquício da colonialidade – e à necessidade de diferenciação entre o civilizado e o não civilizado, entre o erudito e o popular. Reivindica-se a fragmentação e hierarquização do território, a fim de distinguir os territórios pertencentes a nós, "eruditos", dos territórios atribuídos a eles, "populares". (VIEIRA, 2017, p. 40)

O espaço possui diferentes abordagens, mas as formas de lê-lo chega a uma aproximação, o espaço é território usado, como dito em Milton Santos (1996). Já em Raffestin território é “o resultado das ações intencionais [...] que, ao se apropriarem do espaço de maneira concreta ou abstrata, “territorializam” o espaço” (RAFFESTIN, 1993, p. 143). Ao ser apropriado ele se configura pela identidade coletiva do grupo que o faz. Ao formar uma identidade o território torna-se indissociável do poder e dos signos que eles passam a expressar. As comunidades quilombolas através da continuidade do espaço e do tempo formam as relações de poder e simbologias que compõem os espaços quilombolas. Mas como esse espaço-tempo se liga à discussão da dissertação? Ao conceituar o que é Quilombo e por que ele existe na sociedade brasileira, ao entender por que eles se apresentam no espaço, é possível responder essa pergunta.

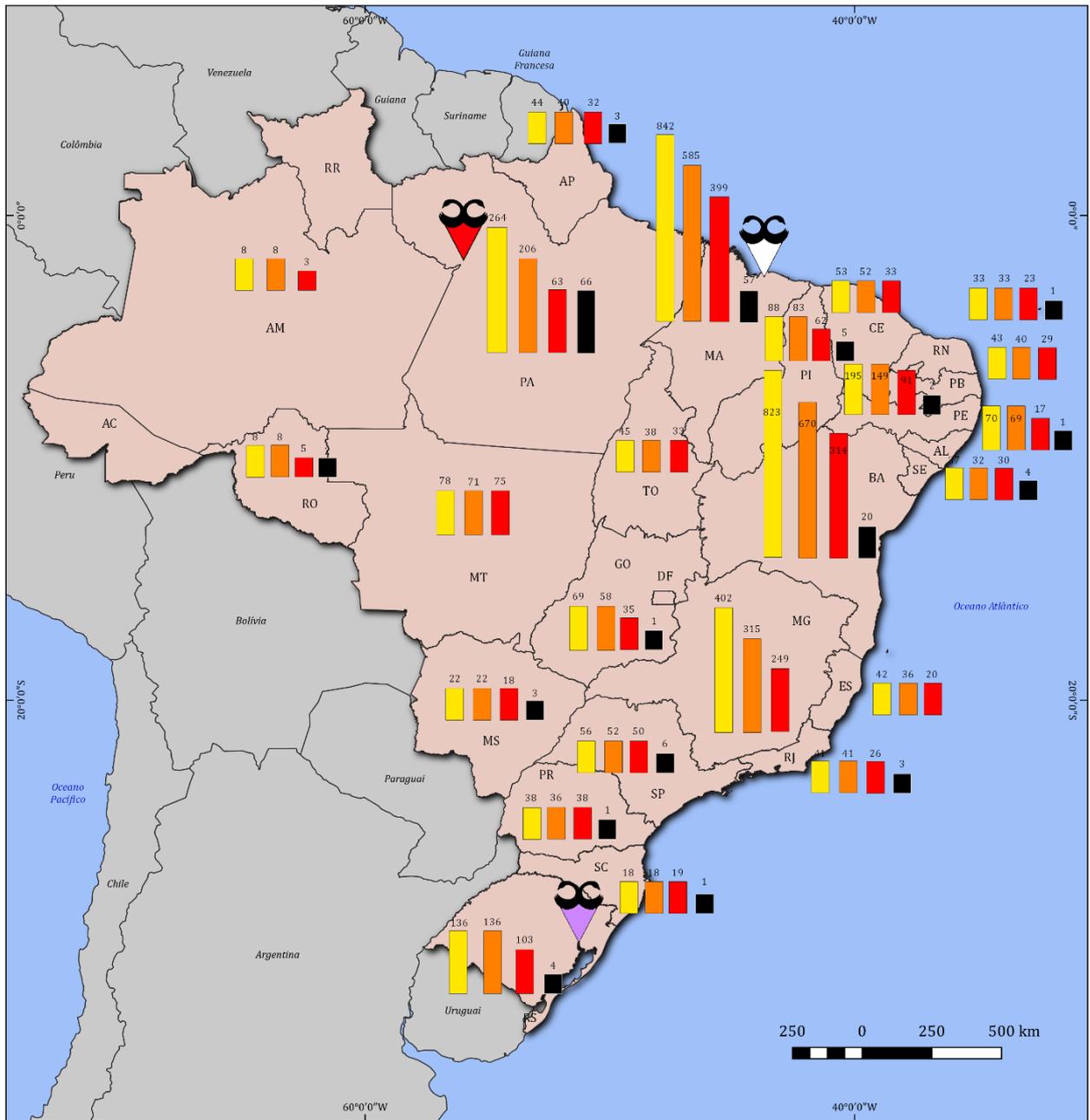
O termo Quilombo foi conceituado no período colonial, no Brasil, pelo Conselho Ultramarino, em 1740 (XVIII), para descrever “um agrupamento de negros fugidos”. Esses agrupamentos eram homens e mulheres que conseguiam se libertar da escravização e estabeleciam “redes de solidariedade” (CAMPOS, 2010, p.38), conseguindo sobreviver através dos “campos-negros” (idem, p.38) que eram as relações estabelecidas pelo comércio de trocas. Essa capacidade e lógica de articulação com a vizinhança possibilitou aos Quilombos sua permanência, contra-colonial, no sistema colonial. Então, Quilombo pode significar muitas coisas,

menos “negros fugidos”. Quilombo pode ser definido junto a conceituação de “contra colonial” do Antônio Bispo (2019), que explica a contra colonização como sendo “todos os processos de resistência e luta em defesa dos territórios dos povos contra colonizadores, os símbolos, as significações e os modos de vida praticados nesses territórios.” (BISPO, 2019, p. 35).

Os grandes quilombos do passado, destacados por Beatriz Nascimento, como o Palmares e os de Sergipe, no séc. XVII, e os de Minas Gerais, no séc. XVIII, eram organizações políticas, territorializadas, que se articulavam de igual para igual com o regime colonial. Isso quer dizer que eles eram “um sistema social baseado na autodefesa e na resistência como forma política” (NASCIMENTO, 2021, p. 116). Essa perspectiva trazida pela autora é que forma o *continuum* espaço-tempo dos quilombos, sendo os quilombos de hoje reflexo destes no passado. Os quilombolas ainda se defendem e resistem como forma política, isso porque o racismo estrutural impera na sociedade brasileira, a hierarquia da cor da pele, como traz Ilka Leite (2000), continua se manifestando como um fator de exclusão. No passado as características fenotípicas, as características da pessoa negra, passaram a ser estigmatizadas para não comercialização de terra para eles. O processo de especulação imobiliária que conhecemos hoje, foi favorecido por essa política de exclusão, pois mesmo com o passar dos anos é nítido quem tem o direito de se apropriar do espaço (Lovell, 1991, p. 241-362 apud. LEITE, 2000, p. 335).

A Lei de Terras de 1850, foi um importante - dentre inúmeros outros - fator dessa exclusão. Sendo criada propositalmente antes da abolição da escravatura (1888) e antes da lei do ventre livre (1871), determinando que as pessoas negras e mestiças, ex-escravizadas, não poderiam adquirir terras. O movimento que vemos hoje de retomada territorial quilombola, de conscientização territorial, é reflexo da busca de um direito que foi negado, o da propriedade. No país existem mais de 5 mil comunidades quilombolas (figura 4) reivindicando o direito à terra para perpetuar seu modo de existir. Para Ilka Leite (1999) a apropriação identitária e a regularização fundiária das terras quilombolas passou a ser fator fundamental para se discutir a cidadania negada aos descendentes da diáspora Africana. A falta de assistência por parte do Estado brasileiro, negando direitos e criminalizando os espaços negros no período colonial, e de certo modo em todos os demais momentos históricos até hoje, perpetuaram a discriminação racial.

Etapas de titulação das terras quilombolas por estado no Brasil



Legenda

- Estados do Brasil
- Países
- Quilombos autorreconhecidos
- Quilombos certificados
- Quilombos com processo aberto no INCRA
- Quilombos Titulados
- Primeiro quilombo urbano titulado no Brasil: Quilombo da Família Silva, Porto Alegre (RS) em 2009
- Primeira comunidade quilombola titulada no Brasil: Comunidade de Boa Vista, Oriximiná (PA) em 1995.
- Primeira comunidade quilombola autorreconhecida após a promulgação da Constituição Federal de 1988: Quilombo do Frechal (MA) em 1992.

UFRGS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

NEGA
NÚCLEO DE ESTUDOS GEOPOLÍTICOS E AMBIENTAIS

Projeção: Mercator | Datum: WGS-84
 Países: ArcGIS Hub, 2020. | Estados: IBGE, 2020.
 Quilombos autorreconhecidos e certificados: FCP, 2020. Quilombos com processo aberto no INCRA e titulados: Comissão Pró-Índio de São Paulo, 2020.

Figura 4: Mapa dos quilombos certificados pela Fundação Palmares. **Fonte:** NEGA/UFRGS, 2021.

No momento que, exclui, se nega tudo a uma população é isso que acontece,

A presença do negro e do pardo na burocracia do Estado foi vedada na origem da formação socio-espacial do Estado brasileiro. Em função desse fato, a segregação espacial foi colocada como condição inevitável para o negro, pois o mundo do trabalho que abriria acesso a uma ascensão social para ele não lhe foi permitido. Sem tal precedente, colocou-se como condição “naturalizada” a [...] subalternidade diante da sociedade. (CAMPOS, 2010, p. 43)

A falta de direitos para população negra foi e é um projeto político, que tirou e ainda tira o poder à terra, e trouxe como mão de obra a imigração europeia - para a política de branqueamento (1889 e 1914) - ao invés de incorporar na sociedade a força de trabalho negra, que finalmente seria remunerada. O corpo negro “não podia ser proprietário, apenas propriedade” (idem, p. 42). Em todos os momentos da história do Brasil, desde que se instaurou a república (1891) o Brasil manteve as estruturas colonizadoras e mantenedoras do racismo estrutural. Os povos originários e os quilombolas sofreram diversas opressões ao longo dos governos: republicano (1889-1930), estado novo (1937-1945), república nova (1945-1964), ditadura militar (1964-1985) e o atual estado democrático de direito (1985-Hoje). Independente da gestão, “a estrutura não sofria modificações, já que as mesmas práticas de violência, de subjugação, de invasão, de expropriação e de etnocídio se repetiam em todas as gerações, independente dos conceitos por eles apresentados” (BISPO, 2019, p. 38).

Os quilombos devem ser considerados um símbolo de luta pela terra comunitária e pela liberdade em toda a Diáspora Africana (Bispo, 2019; Beatriz Nascimento, 2021). Atualmente os territórios quilombolas podem se constituir para formarem um lugar de bem viver na segregação racial e espacial. Os quilombos em Porto Alegre foram ocupados espontaneamente, normalmente em áreas improdutivas na borda da cidade, essa espacialidade dos território negros é explicado por Andreelino Campos (2010) com exclusão econômica que se transforma em segregação a partir da separação dos usos do solo urbano pela sua possibilidade de compra. Esse poder aquisitivo inúmeras famílias negras não tinham, fazendo com que as comunidades negras se instalassem em áreas de favela, como no Rio de Janeiro, e como em Porto Alegre, em áreas vazias na borda das áreas urbanizadas. Por exemplo, o território quilombola do Kédi, ocupado na década de 1950 no bairro Boa Vista, e o território

quilombola dos Silva ocupado na década de 1940 no bairro Três Figueiras, encontraram na região leste da cidade uma Porto Alegre pouco povoada, tanto que a região era considerada zona rural até o final da década de 1970.

O espaço-tempo se liga ao Quilombo Kédi como resposta ao motivo deles aquilombarem-se. O “aquilombamento” (NASCIMENTO, 1989) diz respeito a assumir uma posição de luta e resistência contra colonial, atualmente, contra hegemônica, resistindo e criando estratégias para organização e intervenção social. O passado de luta e resistência quilombola é fundamental para entender a organização dos quilombos nos presente; o tempo nos permite a lembrança, que não pode parar aí, tem que ir além, o tempo se aliando ao espaço sugere o *continuum território* como uma forma de exigir igualdade social, reconhecimento e reparação histórica. Beatriz Nascimento, no documentário “Ôrí” (1989), “apresenta o quilombo” como um *continuum*, compreendendo esses territórios como a preservação dos valores simbólicos do povo negro. O quilombo através do tempo-espaço adquiriu um sentido ideológico, de resistência e solidariedade comunitária preservando a ancestralidade negra afro-brasileira.

Os quilombos do passado, que viviam no regime colonial, são diferentes dos modos de territorializar-se hoje, porque o espaço era tratado de uma forma não comercial, mas latifundiária, então não podemos utilizar hoje, a concepção a interpretação de quilombo com sendo a mesma do modo de produção escravocrata. Hoje a luta quilombola é como movimento de resistência, do *continuum espaço quilombola*, que fortalece a territorialização quilombola. Tratando de quilombos urbanos, o espaço tem valor agregado, o urbano é superpovoado e todos querem um pedaço dele, então a territorialização, no seu espaço de memória ancestral, torna-se necessária para a existência de comunidades quilombolas. A Constituição Federal de 1988 garante o direito à terra pelo autorreconhecimento, sendo o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias uma luz no fim do túnel para a reparação de terras e direitos, diz nele: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.” (CF, 1988, Título X, Art.68).

O Quilombo Kédi reivindica o lugar de pertencimento que lhes foi historicamente negado. A consciência territorial, o autorreconhecimento, tornam-se os

movimentos importantes da comunidade para reivindicar seus direitos que foram historicamente negados e desviados para outros grupos sociais. Com a territorialização, com o entendimento do *Ser Quilombola* (pela identidade, memória e ancestralidade) o Quilombo Kédi se afirma no espaço. Nós dissertamos sobre isso porque “os geógrafos devem ajudar o conjunto de cidadãos a saber pensar melhor o espaço” (LACOSTE, 2012, p.186), “a geografia tem por objetivo as práticas sociais (políticas, [...], econômicas, ideológicas...) em relação ao espaço terrestre” (idem, p. 134), e quanto a isso não me refiro somente aos territórios quilombolas, ou ao território do Quilombo Kédi em específico, mas sim a sociedade em si, com a discussão recorrente da territorialidade e da segregação espaço-temporal que o corpo negro sofre, espera-se que surjam políticas reais contra o racismo e que a estrutura - cis, branca, hetero - sofra modificações positivas não superficiais.

A última notícia feliz que temos, sobre um possível início dessa mudança estrutural - que levará anos - é de que o Supremo Tribunal Federal, declarou duas vezes, em 2018³ e em 2020⁴, válido o Decreto nº 4.887/03 (que põem em prática o Art.68 da CF/1988) declarando inconstitucional a tese do Marco Temporal (descrito no Projeto de Lei 490), que é uma tentativa hegemônica de não declarar terras indígenas e quilombolas, só para as comunidades que estavam em posse de suas terras na data da publicação da CF/1988, não levando em consideração que as comunidades podem ter sido expulsas de seus territórios pela grilagem, mineração, agronegócio ou especulação imobiliária.

Essa decisão, mesmo que em caso específico, é um importante reforço para a luta de terras. Como disse Maria Rosalina dos Santos da CONAQ (Coordenação de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas), em entrevista ao Instituto Socioambiental (2020),

As comunidades sempre estiveram em luta contra o marco temporal. Agora, com a recente decisão do STF, temos mais um importante reforço contra os ataques racistas que tentam retirar direitos das

³ Revista Instituto Socioambiental, notícia: Em vitória histórica de quilombolas, STF declara constitucional decreto de titulações, publicado em 08/02/201. Disponível em: <https://site-antigo.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/em-vitoria-historica-de-quilombolas-stf-declara-constitucional-decreto-de-titulacoes>

⁴ Revista Instituto Socioambiental, notícia: STF confirma: não há marco temporal para a titulação dos territórios quilombolas, publicada em 13/03/2020. Disponível em: <https://site-antigo.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/stf-confirma-nao-ha-marco-temporal-para-a-titulacao-dos-territorios-quilombolas>

comunidades quilombolas. A nossa luta é constante. É a força da existência que garante a nossa existência. Em meio aos retrocessos: Lutar sempre desistir jamais.

E também como disse Denildo Rodrigues da CONAQ, em entrevista a mesma revista (2018), "Este é um primeiro passo no reconhecimento da dívida que o Estado brasileiro tem com os quilombolas, assim como também tem com os indígenas". Essa decisão do STF pode ser uma brecha positiva para que muitas outras comunidades retomem os seus territórios.

2.2 Retomada territorial e reparação histórica na perspectiva geográfica

A Retomada territorial é a "afirmação da presença da comunidade quilombola [...], na reivindicação da garantia de seus direitos de moradia e de permanência no seu espaço original, em função da *reparação histórica* devida aos povos quilombolas" (PIRES, 2022, p.427, grifo nosso). Esses dois conceitos podem ser interpretados como o movimento de construção e retomada de laços de identidade e inserção territorial sob novas bases de qualificação, em suas completudes interpretadas como a territorialização.

Na perspectiva de territorialização quilombola, os valores afro-civilizatórios de Azoilda Trindade (2010), aprofundam as marcas espaciais, pois eles representam as características do processo histórico, social e cultural do negro desde a diáspora. Na imagem a seguir (figura 5) podemos observar os valores que compõem as retomadas territoriais. Estes valores estão presentes na história e geografia do país,

Azoilda Trindade (2010) afirma que estes valores formam um conjunto de princípios e de normas, que se corporificam nas existências materiais e espirituais, objetivas e subjetivas, presentes na formação do espaço brasileiro, que participam dos processos de resistências e de resiliência do povo negro. Cabe ressaltar que estes valores enfrentam as precárias condições de saneamento básico e de infraestrutura, como nos acessos ruins à saúde e à educação. (PIRES, 2022, p.430)

Sendo assim a retomada territorial e a reparação histórica na perspectiva da geografia se alicerçam na luta cotidiana, contínua, por infraestrutura básica (saneamento e luz) e pela livre manifestação cultural. Além do direito de titulação da terra quilombola.

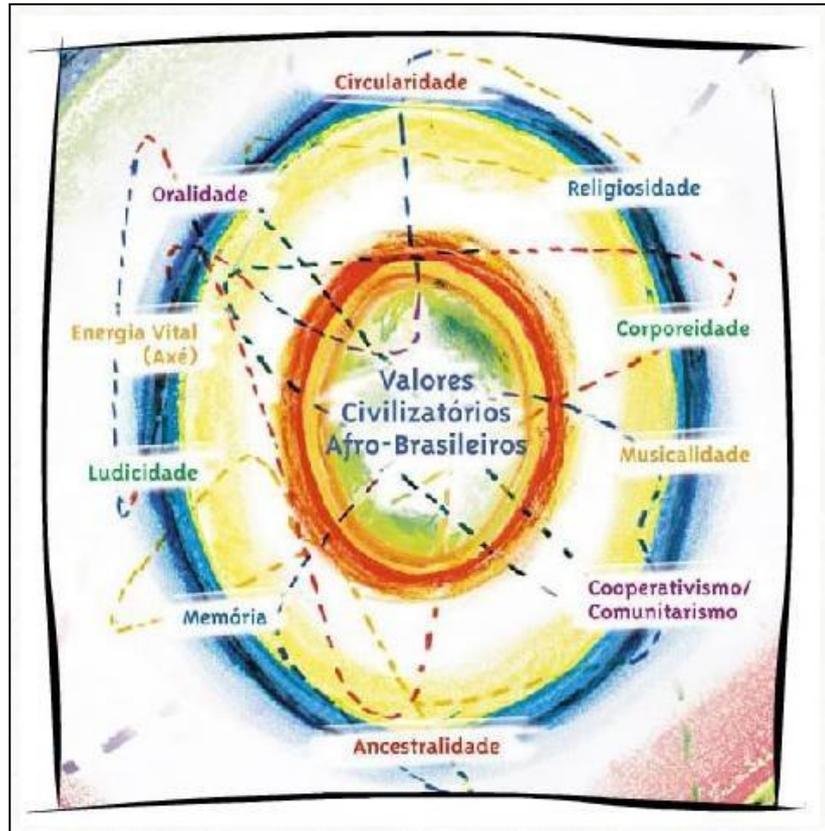


Figura 5: Valores Civilizatórios Afro-brasileiros. **Fonte:** TRINDADE, Azoilda Loretto. Valores Civilizatórios Afro-brasileiros e Educação Infantil: uma contribuição afro-brasileira. Modos de brincar: CADERNO DE SABER, FAZERES, ATIVIDADES. A cor da Cultura, 2010.

Os valores afro-brasileiros são a *musicalidade*, de jongo e maculelê nas comunidades, que se entrelaça a *corporeidade* da prática da capoeira, que se junta a *religiosidade* dos territórios sagrados, e todos estes se concretizam na *ancestralidade*, *oralidade* e *ludicidade* para perpetuar o modo de ser quilombola, mas principalmente o modo de ser negro para que não se apaguem as lutas por respeito e melhores condições de vida que sempre lhes foram negadas. Todos esses modos de retomarem a cultura negra são possíveis por estarem inseridos em território, pois estes priorizam a *circularidade*, o *axé* e a *energia vital*, verticalizando os saberes, mas com respeito aos mais velhos, porque o constante devir fortalece as memórias comuns, dos momentos de *cooperação* e *comunitarismo*, formando a identidade comum e o prazer de viver por ter um grupo com quem compartilhar os mesmos modos de ser.

Se as comunidades quilombolas estão em constante devir, vir a ser, (PIRES, 2022, p.431) é na ancestralidade e no cotidiano vivido, que se permite expressar as

formas de existir, passando a serem vistos e escutados. A retomada territorial ao ser lida pela geografia se apresenta,

[...] como o lugar do olhar e a percepção de quem interpreta, também questionamos o arcabouço jurídico, que, ao negar o direito à terra, repete os erros do passado e nos reafirma como uma sociedade baseada em princípios racistas e elitistas. A terra é necessidade prioritária para a comunidade de modo coletivo de vida deste e de muitas outras comunidades quilombolas urbanas, e está diretamente relacionada às heranças, aos parentescos, às histórias, às memórias coletivas, às sociabilidades que configuram o espaço e que acompanham seus percursos e suas trajetórias de vida. (PIRES, 2022, p.438)

A geografia, por ser uma ciência que estuda o espaço, tem um papel relevante na luta dos movimentos sociais, em especial o antirracista, e também de romper com o paradigma de que as pessoas negras só colaboraram e colaboram com a cidade através da mão de obra. É necessário salientar o modo de vida negro com protagonismo. Com a formação elitista do Brasil, o racismo estrutural se incorpora na sociedade gerando “criminalização e a violência contra essas comunidades [negras] permaneceram, tendo como alvo seus modos de vida, suas expressões culturais e seus territórios, isto é, as suas formas de resistência e de auto-organização comunitária contra colonial.” (BISPO, 2019, p.36), para romper com o racismo e chegar a uma nação inclusiva, Eustáquio Rodrigues e Yedo Ferreira (2022), escrevem que para construirmos uma nação justa precisamos que o Estado reconheça as atrocidades que causou a população negra e repare a “dívida histórica existente” (idem, p. 23), afinal como nos lembra Henrique Cunha (2023), só estamos na situação social que estamos porque o atual Estado brasileiro é,

resultado da condução política, econômica e cultural de elites autoritárias, de formação eurocêntrica e brancocêntrica, formadas no escravismo criminoso e no capitalismo racista, que promoveram as condições de grandes desequilíbrios e desigualdades sociais. Os espaços urbanos, as cidades brasileiras, são a síntese complexa dessas desigualdades e produto das políticas conservadoras da república que promoveram a imigração europeia e a repressão das potencialidades das populações negras. O racismo antinegro, nas diversas formas, articulou parte significativa das nossas desigualdades sociais e dos problemas urbanos que se proliferam nas cidades brasileiras. A formação dos bairros no Brasil funciona como espaços de segregação das populações em função das origens geográficas, culturais, econômicas e populacionais. A existência das populações negras e populações brancas qualificam os espaços geográficos das cidades brasileiras.” (CUNHA JR, 2023 p. 247)

Beatriz Nascimento e Henrique Cunha expressam a importante percepção, que muitas vezes nós inseridos na estrutura racial da sociedade não percebemos, “quem colonizou o Brasil foram os africanos” (CUNHA, 2023, p. 275), foi “o escravizado [...] o transmissor do conhecimento africano que viabilizou a formação econômica brasileira” (idem, p. 275); e mesmo assim os autores das tomadas de decisões sempre foi a elite branca. “A grande maioria da população brasileira do século XIX era de negros e de mestiços, portanto, se existe uma população de brancos no Brasil, tal resulta da imigração, principalmente ao final do século XIX, logo o Brasil tem uma história basicamente negra e uma cultura essencialmente negra” (NASCIMENTO, 1980 apud PIRES, 2022, p. 427). Se o Brasil é negro, os bairros são negros, a espacialidade é negra, isso significa que a população negra sempre esteve produzindo a cidade. Com isso tudo queremos chegar na necessidade de salientar algo que não está dado a todos, por causa da estrutura social hegemônica/eurocêntrica brasileira, pois a estrutura quer apagar da nossa memória, ou melhor para os que ainda nem sabem, querem que jamais saibam que o espaço foi produzido por mãos negras.

Um exemplo disso são os bairros Três Figueira e Boa Vista, espaços majoritariamente brancos de classe média-alta em Porto Alegre; seria possível imaginar que no passado eles estavam ocupados pela população negra? Muitos diriam que não, mas os dados são outros, Daniele Vieira (2017) e o Atlas da Presença quilombola em Porto Alegre (PIRES e BITENCOURT, 2022), falam para quem quiser ouvir que os bairros, em Porto Alegre, eram negros. Estes dois, em especial, contam com as presenças quilombolas dos Silva e dos Kédi, respectivamente. Então a retomada territorial se faz na atualidade porque as comunidades foram exprimidas e querem seus espaços, a terra garantida. A reparação histórica se soma como um direito que deve ser um plano habitacional urbano para essas comunidades, e todos os demais bairros negros da cidade (onde estão, onde desejam ficar, sem ser a remoção como única alternativa), além das infinitas outras reparações que a população negra tem o direito de reivindicar e conquistar. Importante salientar, algo que ouvi de Reginaldo Bispo⁵, em uma roda de conversa na FACED⁶, “não é reparação histórica no singular, são reparações históricas no plural”, a terra é uma delas, talvez a mais importante, mas é apenas uma delas.

⁵ Reginaldo Bispo é participante de inúmeras entidades do Movimento Negro Campineiro.

⁶ FACED, Faculdade de Educação; em 24/03/23, no evento: Seminário e lançamento do livro, Projeto Político do Povo Negro, para o Brasil: Construindo uma nova nação inclusiva.

Existe uma retomada territorial e uma reparação histórica a ser conquistada. Elas podem vir através da espacialidade diferencial (LACOSTE, 2020) que é o ato de coletivamente saber como pensar o espaço; ou através da geograficidade de Reclus (apud LACOSTE, 2020, p.188) para compreender as mudanças e se impor contra a injustiça social; ou através da luta e do estudos das leis (PIRES, 2022), tudo deve ser um meio de entender o espaço; e é a partir da cartografia que se visualiza para reivindicar. O método de *cartografar* faz com que todos os envolvidos pensem o espaço pelo ato de lembrar o passado e refletir sobre os usos cotidianos do território. A escala do cotidiano na análise cartográfica é uma ferramenta que pode auxiliar as pessoas a compreenderem onde estão e para onde querem ir. A cartografia social surge como essa ferramenta que está junto aos sujeitos sociais para fazer com que seus direitos sejam garantidos, no urbano contra a especulação imobiliária, e no rural contra os empreendimentos de grilagem, mineração e agronegócio.

2.3 Cartografia social

O espaço é moldado por forças e nele as pessoas constroem estratégias de organização que permite que elas vivam o espaço. O território, sendo a extensão de terra que foi apropriada e usada, é o resultado dessas estratégias; e a cartografia social é um método e uma linguagem para compreender o território usado, podendo, a partir dela, analisar sua constituição e seus significados. A cartografia social coloca em evidência as retomadas territoriais, sendo os movimentos sociais populares os sujeitos das suas histórias, e são eles que as compartilham com a sociedade através - neste caso - da cartografia social.

Essa cartografia deve ser analisada como um mapeamento de contra colonização, já que pela lógica hegemônica Estatal, primeiro essas comunidades foram deixadas propositalmente de lado no processo de mapeamento das cidades, ou, foram mapeadas, mas para serem expulsas de onde continham vínculo territorial, e segundo porque dá voz aos sujeitos territoriais sendo uma ferramenta para que eles observem sua espacialização de outro ponto de vista e que a partir disso, o mapa, seja um mecanismo de luta. Para Gisele Girardi (2009), o mapa garante a estabilidade do território e do lugar, pois é uma referência da vida prática e ancestral,

sendo portador de referências usáveis, reconhecíveis pela experiência comum, os mapas são lidos como verdade, como natureza do território ou de um lugar. A localização e os atributos dos objetos, fatos e fenômenos, e o recorte da área, transforma-se nos fios que tecem um discurso territorial. Esse é o poder do mapa. (GIRARDI, 2009: 159).

“Todos os mapas são abstrações do mundo, elaboradas sempre a partir de algum ponto de vista.” (ACSELRAD e COLI, 2008, p.13). Esse ponto de vista é um gerador de discurso, que serve de suporte para a afirmação territorial, para a retomada do território e para a ação política. O mapa é uma leitura do mundo real, então ele é abstrato, mas seus efeitos repercutem no mundo real. O processo de cartografar é uma ferramenta de discurso onde se representa uma necessidade, pode ser de preservação ambiental e de espaços urbanos, de comunidades quilombolas, ribeirinhas, indígenas, movimento dos trabalhadores sem terra; ou ela simplesmente pode servir para não preservação, delimitando espaços a serem retirados do mapa. Sobre isso Acselrad e Coli (2008) dizem que, o mapa

“não é, pois, um reflexo passivo do mundo dos objetos, mas um intérprete de uma determinada “verdade, em que o crer se localiza no ver” (Balandier, 1987) um instrumento que “ordena e dá ordens” aos atores envolvidos na produção do território (Rivière, 1980, p.389, apud Jourde, op. cit., p.103-4). Assim sendo, se, por um lado tornam-se claras as implicações políticas dos mapas, podemos falar, por outro lado, da emergência de políticas cartográficas, em que os mapeamentos são eles próprios objetos de ação política. E se ação política diz especificamente respeito à divisão do mundo social, podemos considerar que na política dos mapeamentos estabelece-se uma disputa entre distintas representações do espaço, ou seja, uma disputa cartográfica que articula-se às próprias disputas territoriais.”(ACSELRAD e COLI, 2008, p.13-14)

Com isso pode-se entender que o cartografar está intimamente ligado à ação política de disputa por representação do espaço. Então as experiências relacionadas à cartografia social contribuem com a relativização do sentido oficial de se construir mapas e tem o papel de proporcionar a ressignificação do termo cartografia. Acselrad (2013, p. 17) define a cartografia social “como a apropriação de técnicas e modos de representação cartográficos modernos por grupos sociais historicamente excluídos dos processos de tomada de decisão”, “[...] permitindo que as pessoas se reconheçam como sujeitos dentro de espaço territorial e social, “o seu espaço [...]”

construindo “[...] suas identidades e relações sem as pressões externas” (SILVA *in* de Almeida (Orgs)... [et al], 2010, p. 222).

O mapa é uma disputa de narrativas, ou se está nele, ou não está. Cartografar as marcas “apagadas” de um espaço, serve para observar a sua não homogeneidade, mesmo nos lugares aparentemente “alisados” há uma “rugosidade”, que em evidência possibilita uma nova leitura do todo. Rugosidades serão interpretadas como o que Milton Santos (2014) descreve, sendo partes de um processo social deixadas para trás, são

[...] heranças que acabam constituindo uma condição para as novas etapas. [...] Em cada um de seus momentos, o processo social envolve uma distribuição dos seus fatores. E essa redistribuição não é indiferente às condições preexistentes, isto é, às formas herdadas, provenientes de momentos anteriores [...] *O que na paisagem atual, representa um tempo do passado nem sempre é visível como tempo, nem sempre é redutível aos sentidos, mas apenas ao conhecimento.* Chamemos de rugosidades ao que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares. (SANTOS, 2014, p.140, grifo nosso)

Espacialmente, tanto o passado quanto o presente, reproduzem a estrutura criada pela sociedade, o racismo estrutural, é a partir dele que podemos compreender as exclusões que ocorrem no espaço. A formação socioeconômica desigual apresenta as formas rugosas em meio ao “alisamento” forçado.

Um modo de compreender isso é segundo o espaço apropriado considerado transgressor (Campos, 2005), juntamente com a rugosidade interpretada como periferia. O debate sobre a infraestrutura urbana, os lugares periféricos, os lugares que os quilombos ocupam, é assimilar o processo de exclusão na formação socioespacial brasileira, o “[...] movimento constante de deslocamentos forçados e espontâneos, associados aos discursos de desenvolvimento modernizador dos espaços, impostos pelo capital financeiro, sobretudo o imobiliário, que impõem uma qualificação estética em nome da higienização da cidade.” (PIRES, 2022, p.421-422), são os espaços “rugosos”, os estigmatizados e desqualificados.

O quilombo urbano, como nas referências de quilombo do passado, deve ser entendido como território contra colonial, mas a especulação imobiliária, lê e vende esses territórios como periféricos, que podem ser desapropriados. A periferia ao ser

divulgada com essa interpretação faz com que a sociedade desqualifique as suas produções - como sendo a que não corresponde ao capital ou ao mito da meritocracia - então, torna-se “mais fácil” excluir do espaço um grupo que não é observado como território e que não é apreciado pela sociedade. Não falar do fator simbólico da periferia faz com que o senso comum reproduza um discurso hegemônico de descrédito territorial e estigmatização dos moradores, é aí que a especulação imobiliária se beneficia. O Quilombo Kédi, como mencionado, está localizado no bairro Boa Vista que é caracterizado por uma classe média-alta da cidade. Na imagem de drone a seguir (figura 6), podemos interpretar o sentido de “periferia” no qual se quer chegar.



Figura 6: Imagem obtida por drone das obras em desenvolvimento na fronteira com o território do Quilombo Kédi. **Fonte:** Giuliano Lucas, 2022.

O quilombo está bem no centro da imagem, com uma arquitetura baixa e simples em relação ao prédio vizinho à esquerda, adequado a paisagem; no espaço da direita, onde observar-se uma terraplanagem está sendo construído o condomínio ARTE COUNTRY CLUB, que na sua propaganda de pré-venda está descrito como “viver a beleza da cidade”, com a, “praticidade a sua volta: isso é arte! Empreendimento de altíssimo padrão localizado no eixo Encol-Iguatemi, o Arte Country Club oferece toda a praticidade de estar próximo a grandes escolas, universidades, shoppings e facilidades.”⁷, o valor publicado pelo imóvel é a partir de

⁷ Propaganda veiculada pelo site da imobiliária Auxiliadora Predial. Disponível em <<https://www.auxiliadorapredial.com.br/imovel/lancamento/350184/arte-country-club-boa-vista-porto-alegre-rs>> Acesso em março de 2023.

\$5.072.699,00 milhões de reais (figura 7), pois varia de acordo com os critérios imobiliários.

ARTE COUNTRY CLUB
Avenida DOUTOR NILO PECANHA, Boa Vista, Porto Alegre.

LANÇAMENTO

Gostou deste empreendimento?
Preencha seus dados e agende uma visita com um especialista.

Valores
A partir de R\$ 5.072.699

Legenda: ← Localização, do Arte Country Club, vinculada no site da imobiliária ▲ Quilombo Kédi ▴ Localização de onde está sendo construído o Arte Country Club

Informações
Imagem adquirida no site da imobiliária Auxiliadora Predial. Ilustração na imagem: Laisa Zelti, 2023.

Figura 7: Anúncio de venda do condomínio Arte Country Club. **Fonte:** Auxiliadora predial, página da internet, 2022; destaque na imagem, autoral, 2023.

Na imagem acima podemos observar que o mapa do condomínio está sendo anunciado no local errado. Ao observarmos o mapa do google no canto inferior esquerdo da imagem abaixo (figura 8) observa-se o verdadeiro local do empreendimento, e que o condomínio está na divisa com o Quilombo Kédi.

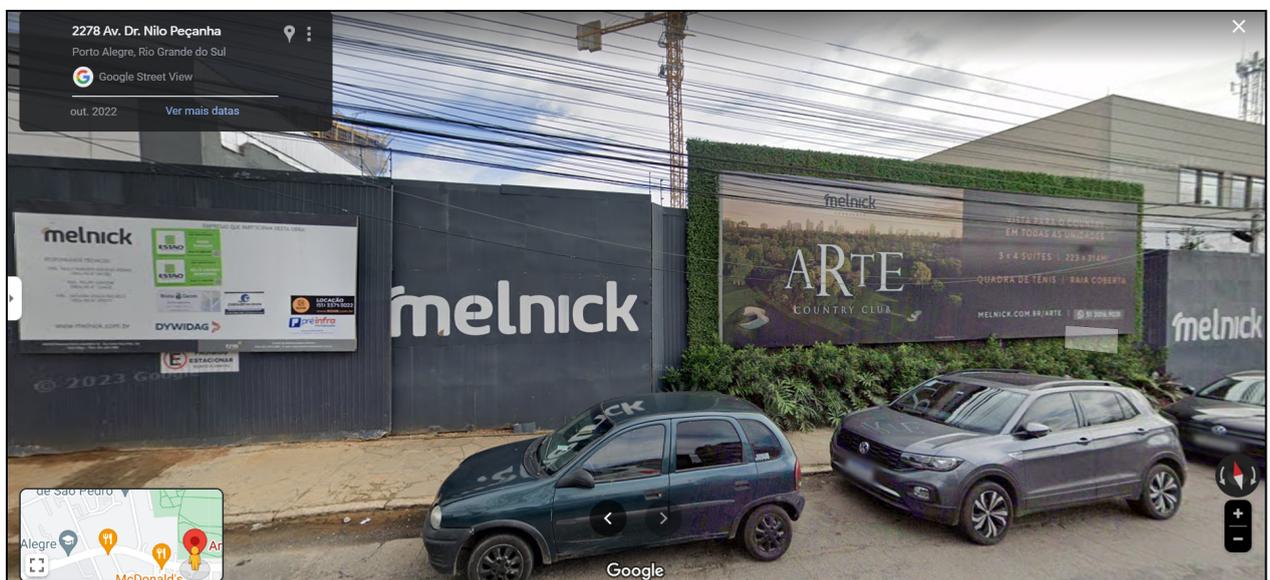


Figura 8: localização do condomínio Arte Country Club. **Fonte:** Google maps, 2023.

Ao notar que a localização no mapa de venda, do Arte Country Club, está errada, procuramos ver o que tinha no terreno marcado e descobrimos que na localização está sendo criado outro empreendimento de alto-padrão, o Nilo Square

Residence Resort⁸ (figura 9), a pouquíssimos metros do Quilombo Kédi e do Arte Country Club. Isso significa um alto padrão se instalando no espaço, caracterizando a expansão imobiliária de alto luxo. Reflexo do porque a comunidade está sofrendo com ameaças em 2020 e 2021 e tentativa de “realocação” em 2022, e não antes.

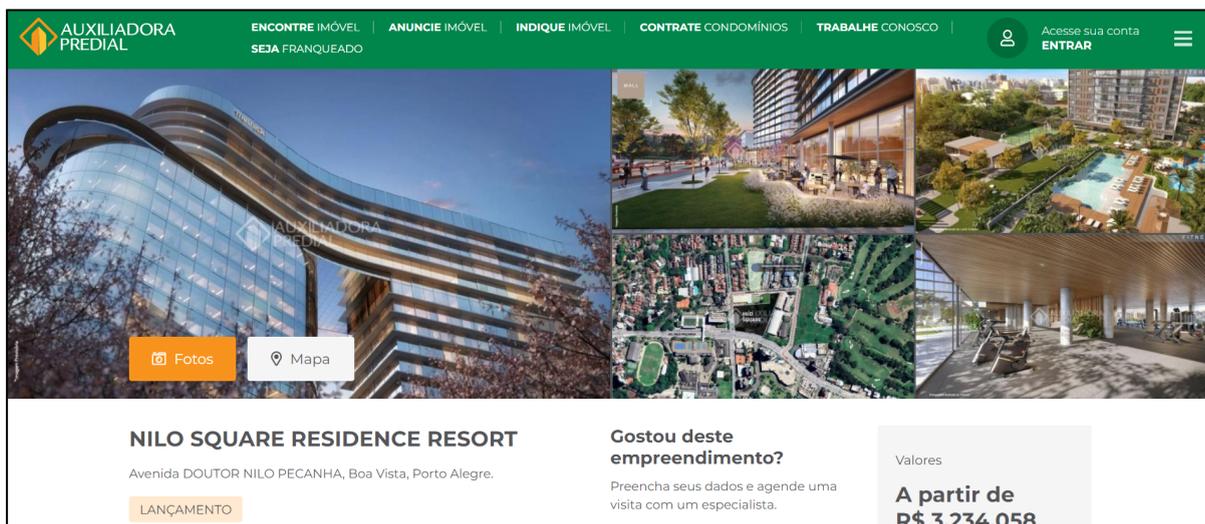


Figura 9: Anúncio de venda do condomínio Nilo Square Residence Resort. **Fonte:** Auxiliadora predial, página da internet, 2023.

Em dezembro de 2022 a Prefeitura de Porto Alegre convocou uma reunião (figura 10) com a comunidade para negociar, seu despejo, ou como eles chamaram sua “realocação” (figura 11), o que não é vontade da comunidade, pois em março de 2021 entraram em contato com a Fundação Cultural Palmares (FCP) para emissão da sua certidão de autorreconhecimento quilombola. Por ser uma audiência pública, e por convite da comunidade, o NEGA esteve presente para acompanhar a “negociação”, mas não foi o que aconteceu, pois a prefeitura chegou para o Quilombo Kédi com um projeto de realocação pronto, para um terreno no Bairro Rubem Berta. O terreno, que contaria com 50 casas e não atenderia todos da comunidade, fica na divisa com o município de Alvorada e está afastado, aproximadamente, 11 quilômetros de onde a comunidade vive no momento. E foi oferecido para as outras famílias, que não conseguiriam a casa ofertada, o valor de \$93.744,57 mil reais. O quilombo Kédi conta com aproximadamente 100 famílias, fazendo uma conta básica, supondo que todas as famílias querem sair do território, sem se “mudar” para o bairro Rubem Berta, custaria \$9.374.457,00 milhões de reais. Esse valor é para “indenizar”

⁸ Propaganda veiculada pelo site da imobiliária Auxiliadora Predial. Disponível em <<https://www.auxiliadorapredial.com.br/imovel/alto-padrao/409864/apartamento-garden-boa-vista-porto-alegre-rs>> Acesso em março de 2023.

cem famílias e não vale o custo de dois apartamentos desse empreendimento de “altíssimo padrão” o Arte Country Club.



Figura 10: Convite para Reunião da prefeitura de POA com o Quilombo Kédi. **Fonte:** Pref. POA, 2022.

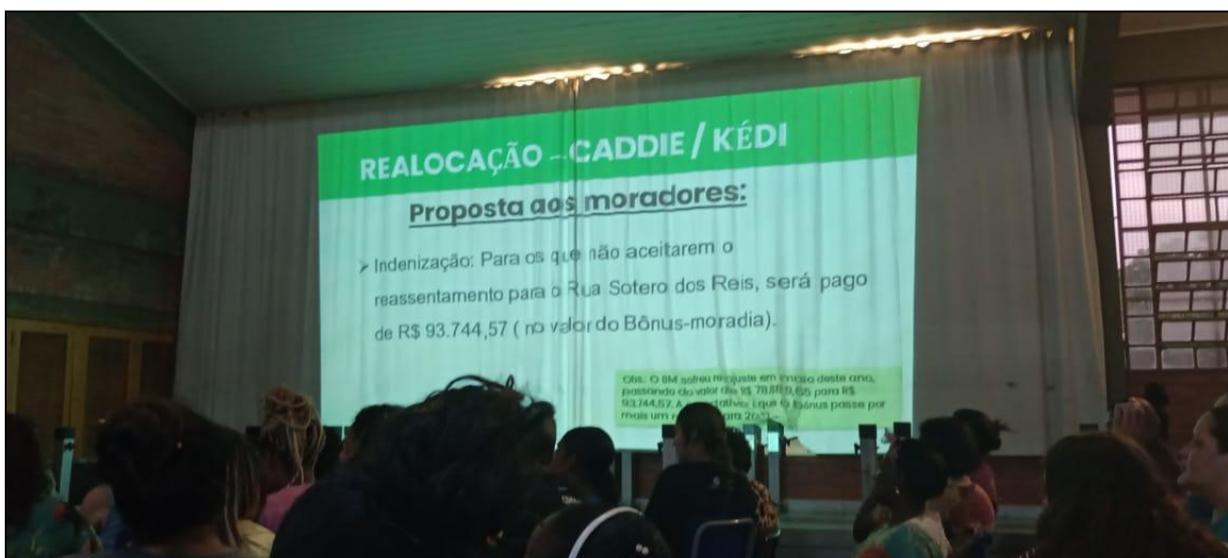


Figura 11: Imagem de um dos slides apresentados na reunião da prefeitura de POA com o Quilombo Kédi. **Fonte:** Giulia Sichelero, 2022.

A comunidade não quer a remoção/despejo, ou nas palavras da prefeitura da cidade “relocação”, porque o território usado por eles é a produção do seu próprio existir. Isso deve ficar gravado e entendido, não é uma questão de dinheiro é uma questão de qualidade de vida. O bairro Rubem Berta no imaginário urbano

(BONETTO, 2018, p.194) é visto como perigoso, segundo os dados levantados pela pesquisadora, ao perguntar em suas entrevistas “Qual bairro você não iria?”, o Rubem Berta aparece com 7% de rejeição, enquanto o bairro Boa Vista não aparece na listagem. Podemos interpretar então, que o bairro Boa Vista é visto como seguro.

Na comparação entre os bairros Boa Vista e o Rubem Berta (figura 12) temos em relação à infraestrutura uma vantagem predominante do bairro central, ao listarmos somente os itens básicos para viver com tranquilidade; observa-se que o bairro Boa Vista possui quase 100% de infraestrutura básica. Enquanto ao analisarmos o outro bairro, o Rubem Berta, vemos que apesar de apresentar índices acima de 80% não é o melhor cenário para realocação, afinal porque sair de um bairro com infraestrutura 100% para um de infraestrutura 80%? No momento que analisamos o quadro e pensamos onde a comunidade está para onde querem enviar, fica evidente a necessidade de manutenção do Kédi no Boa Vista por sua maior infraestrutura, além obviamente, da comunidade já estar territorializada com suas vivências, trabalho, saúde e educação.

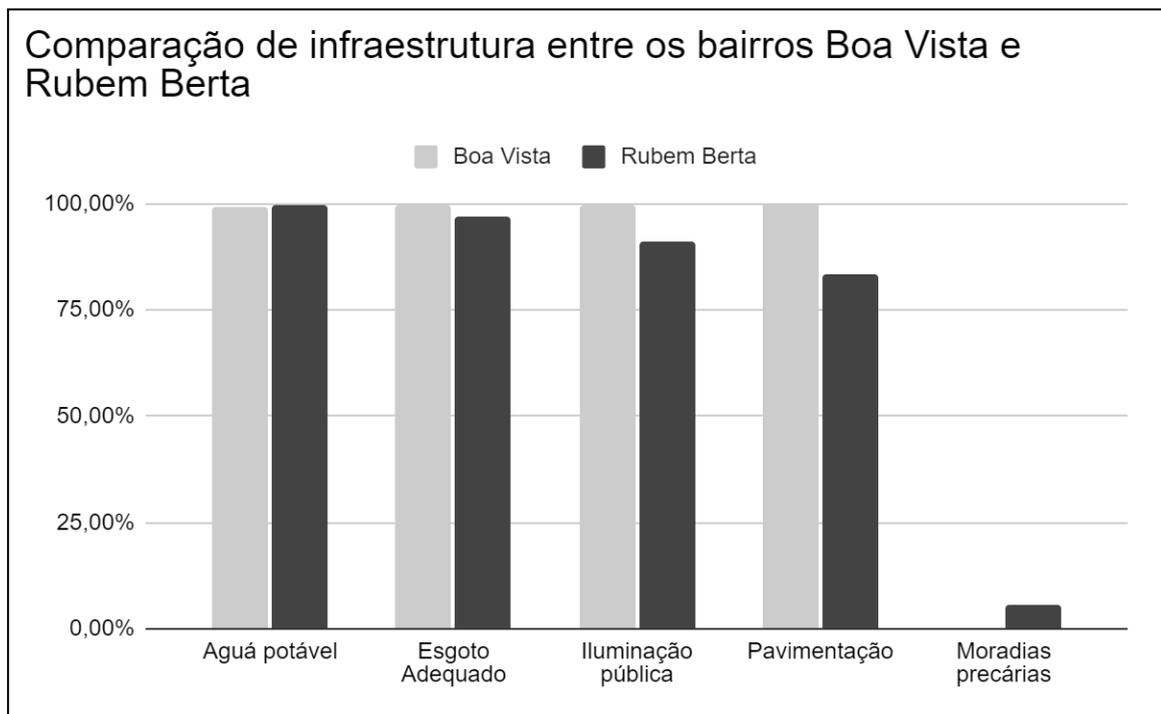


Figura 12: Infraestrutura entre bairros de POA. **Fonte:** IBGE (2010), elaboração autoral, 2023.

Mas também quando olhamos o quadro racial (figura 13), percebemos o motivo da realocação, para “alisamento” e hegemonia do bairro, é a pura manifestação do racismo, já que este espaço conta com apenas 3,21%, de 100% da população do

bairro, como sendo negra. Nesse cenário de segregação socioespacial e de mentalidade eurocêntrica a cartografia social em comunidade quilombola surge, no sentido de - e para - refutar esse espaço aparentemente “alisado”.

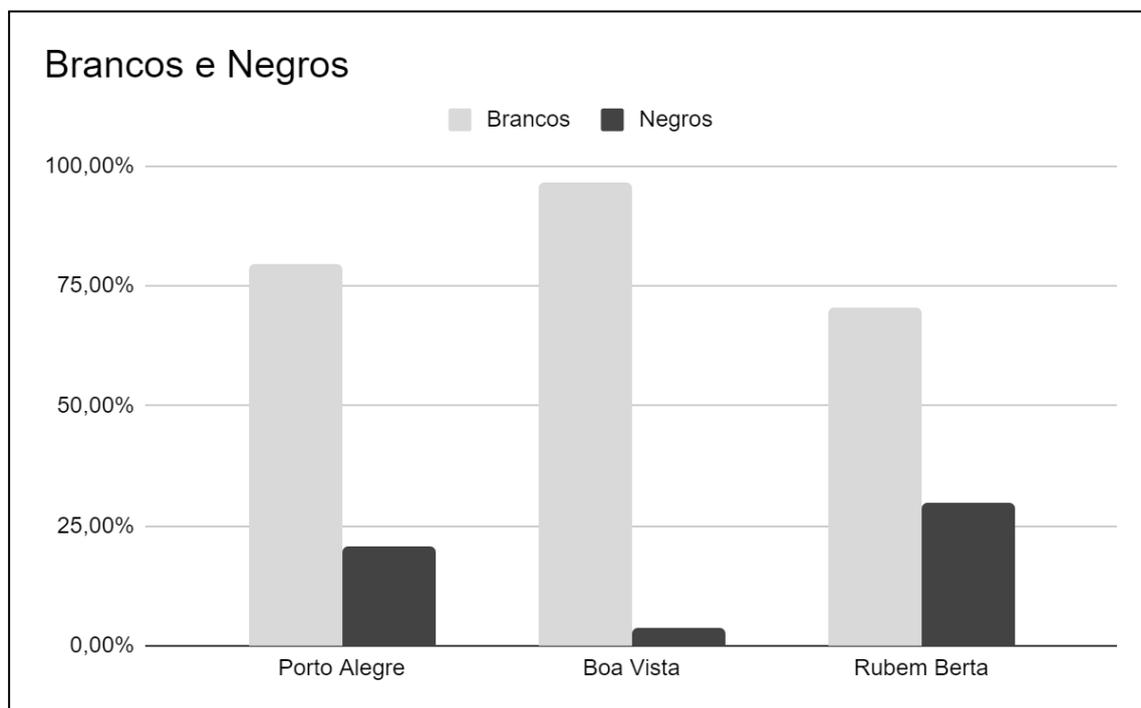


Figura 13: População por cor em POA. **Fonte:** IBGE (2010), elaboração autoral, 2023.

A cartografia social proposta pelo NEGA gera como produto mapas contra coloniais que, conforme PIRES e BITENCOURT (2021) provocam a leitura e observação do espaço geográfico representando as trajetórias territoriais, através do tempo, da comunidade quilombola, tornando-se perceptível as negligências do Estado. Esse modo de representação, é possível porque a cartografia, como uma grande área de conhecimento, “é uma ferramenta com condições concretas de representar o que está acontecendo no território, bem como de apontar indicadores geográficos para o processo de reconhecimento e de delimitação de um sítio quilombola.” (SANZIO, 2004, p.11). Pela cartografia realizada nos territórios quilombolas se reconhecem as delimitações históricas e atuais, sendo possível observar, em sua maioria, que os territórios foram espremidos a menos da metade do que já foram, além de poder projetar uma demarcação e titulação da terra pela própria comunidade, ao se enxergar em um mapa.

Evidenciar essa dinâmica socioespacial auxilia no entendimento do espaço, e que no espaço hegemônico há sua “rugosidade”, um modo de existir tão - na minha

leitura inclusive mais - válido que o do capital. A cartografia social proposta pelo NEGA, tem caráter crítico e popular, trazendo o desafio metodológico de aproximar a relação de saberes entre a academia, os movimentos sociais e as comunidades quilombolas (PIRES, *et al*, 2022, p.09),

“As narrativas sobre os territórios, e o ato de dizê-lo, bem como sobre as diferentes formas de resistência, são próprias das comunidades. Respeitamos seus “lugares de falas” e seus protagonismos, para narrar seus quilombos, seus territórios e, assim, problematizar suas existências, através do “lugar de escuta”, que ocupamos, ou seja, como a/os pesquisadoras/es-extensionistas do Núcleo de Estudos Geografia e Ambiente (NEGA) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) apoia os movimentos quilombolas da cidade. Deste modo, não realizamos essa leitura apenas pela ótica dos sujeitos, que compõem a Universidade, mas, essa relação se sustenta através de uma Geografia da ação que compreende a práxis dialógica com os territórios quilombolas e as suas interfaces com os movimentos sociais. São inúmeras as disputas narrativas, a que estão sujeitadas as disputas territoriais cotidianas nos quilombos e em muitas outras comunidades, assim como o é a própria metodologia de cartografar no campo da Geografia e de outras ciências, que utilizam o mapa para representar o mundo [...] Desse processo, inúmeros conflitos emergem do embate entre a hegemonia do sistema da propriedade privada, por parte dos que detém maior poder econômico, e os modos de fazer das comunidades quilombolas. Colocando em xeque a possibilidade de se vincular à terra e ao território, através do processo de regularização fundiária no espaço urbano.” (PIRES, *et al*, 2022, p.07)

A partir de seus símbolos e valores, as comunidades quilombolas registram suas memória espaciais, de seus territórios negros, através da representação cartográfica. Localizar num mapa, marcar no espaço ou espacializar são termos semelhantes e tem num primeiro momento a função de registro visual, de rápida e fácil apreensão, chegando a vários nichos da sociedade. A cartografia permite muitos leitores, e diversos conhecimentos, o mapa informa e por si só é um texto, sendo uma ferramenta importante para problematizar o espaço,

“Logo, a apropriação espacial está pautada em processos de conscientização e de emancipação política e social, pois o território em construção se estabelece pelo conflito entre diferentes interesses e pela produção da cidade em seus múltiplos usos, de modo que as práticas do sistema colonizador foram sempre acompanhadas pelas dominações simbólica e espacial. No espaço da cidade de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, a colonização é acompanhada pela ideologia racial, presente no processo de formação socioespacial brasileira, que justificou a subordinação, a exploração, a exclusão e o extermínio da população negra, colocada às margens dos processos

de desenvolvimento econômico, social e espacial brasileiros. A cartografia social, de caráter participativo e que se desenvolve, através da escuta e do registro das narrativas dos interlocutores sobre o seu lugar, tem, por objetivo, promover o reconhecimento e a demarcação dos territórios presentes e em disputa na multifacetada paisagem geográfica. [...] A formação das cidades brasileiras possuem uma dívida estrutural com o Quilombo e os quilombolas que disputam esse espaço a partir de suas narrativas. Os quilombos urbanos são uma força da expansão do território urbano desprezado pela gestão territorial, mas que se impõem pelo espaço da Cidade, ainda que se encontrem no quarto de despejo da paisagem urbana.” (PIRES, *et al*, 2022, p.07)

A cartografia social e a escuta ativa proporcionam compreender o espaço por quem o vivencia de todas as formas, vendo os seus lados bons e ruins, percebendo o espaço por quem sofre os processos de exclusão socioespacial e do racismo estrutural. Quando perguntado sobre “Qual o lugar do negro no território brasileiro?” Rafael Sanzio responde que o lugar do negro está “na exclusão, na invisibilidade. Quem mora na favela e quem mora na Zona Sul? Isso não sou eu que estou dizendo, é o que o espaço revela. Isso não só não se traduz na geografia como a questão dos quilombos tem que ser tratada com mais seriedade. Eles precisam ser vistos como componentes reais da estrutura social brasileira. Portanto, merecem mais respeito e a resolução de suas demandas.” (GELEDÉS, 2017). Cartografar comunidades quilombolas é preciso.

3. Cartografar é preciso

No sentido de precisar dar voz ativa às comunidades quilombolas. Para isso utiliza-se a cartografia social, que materializa a memória, oralidade, ancestralidade e os demais valores afro-brasileiros (TRINDADE, 2010) rompendo com a hegemonia dos mapas oficiais. O porquê de usar a cartografia está na sua possibilidade de interpretação por escalas, sendo possível, na transição entre escalas, ver o todo e principalmente possibilitar que não sejam lidos somente os espaços de poder hegemônico, mas a vida cotidiana na sua totalidade.

Cartografar, a partir do mapeamento co-participativa (PIRES, *et al*, 2014) possibilita enxergar as comunidades quilombolas como sujeitos. Pontuando o que Sinthia Batista (2014) disse sobre a utilização do mapa e da cartografia, eles servem para os “sujeitos/coletivos, no sentido de sua luta radical de transformação social não de conformação à ‘realidade’ e suas regras” (idem, p.146). Sendo assim, a cartografia social possibilita ver o território de outro ângulo, para saber como reivindicar. O mapa e a oralidade se configuram como uma linguagem de luta, que no presente é o reconhecimento pela cidade e no futuro é a titulação da terra quilombola urbana em Porto Alegre. Por isso ‘Cartografar é preciso’.

A abordagem da cartografia social por geógrafos, é compreender seu “lugar de escuta” (FREIRE, 2016) e ação. Como nos diz Quaresma (2018), “é fundamental para pensar a geografia no tempo presente, pois a prática do geógrafo está muito associada a sua presença, participação e ação nos contextos da pesquisa.” (idem, 2018, p.), é trabalhar em conjunto com as comunidades quilombolas para que elas se reconheçam no espaço usado. Essa confluência de saberes geram os marcadores territoriais (HENRIQUES, 2004), que são a ancestralidade essencial para a territorialização, o enfoque que a cartografia dá ao território usado torna-se um instrumento de reivindicação social.

3.1 Nossa caminhada com a cartografia social: Metodologia

A cartografia é o ponto de partida para a discussão proposta e só foi possível chegar às compreensões apresentadas até o momento e apresentar os objetivos de pesquisa porque, como ponto de partida, se propôs a realização da cartografia social

no Quilombo Kédi. A pergunta de pesquisa: *Qual cartografia resultaria do processo co-participativo para a construção de representações narrativas e cartográficas para o Quilombo Kédi?* será aprofundada na caminhada metodológica que segue.

A metodologia de cartografia social em comunidades quilombolas urbanas proposta pelo NEGA é uma caminhada que se baseia nos saberes de Paulo Freire (2010), que é através da co-participação no processo de comunicação dos saberes que se chega ao conhecimento. O modo de interpretação, da cartografia clássica, não necessariamente contempla os grupos sociais que vão ler esse produto - o mapa - mas com a co-participação - em todo o processo de cartografar - se estabelecem relações igualitárias que formam a cartografia social. Existe um método na cartografia e, a geografia como uma ciência que se utiliza dessa não pode fugir muito do seu fazer; mas a ideia de uma verticalidade na produção cartográfica faz com que ela se torne, possível de ser, acessível a todos. Esse é o compromisso político e social proposto na cartografia social quilombola, a co-participação envolve uma pesquisa-ação (THIOLLENT, 2005), onde todos estão engajados no processo e no resultado. Juntos, a pesquisa-ação e os saberes co-participativos, são as técnicas que ligam universidade e movimento social, é o investimento em educação que volta para a sociedade afirmativamente para o grupo social.

A cartografia social construída junto às comunidades proporciona um novo modo de olhar seus territórios, tornando-se uma ferramenta de análise e de luta. O território, por ser uma disputa de forças (SANTOS, 2014), é uma disputa de narrativas, portanto seu conteúdo é ideológico transcendendo o mapa e surge como linguagem para representar um modo de pensar. Com isso a cartografia se torna o principal instrumento para emancipar territórios, para proporcionar o debate e como uma ferramenta crítica aos enfrentamentos da disputa socioespacial. Por ser a representação de momentos históricos (do passado, presente e futuro) no espaço, a cartografia social segue alguns parâmetros metodológicos para que cumpra a função de ser um enfrentamento crítico e de valorização dos territórios quilombolas.

O passo a passo do fazer cartográfico que se busca exemplificar está atrelado a três pontos que são funções da cartografia social (PIRES, *et al*, 2022) em comunidades quilombolas urbanas:

1. Com o mapa preliminar, representar (pelas iconografias) e revisar junto às comunidades suas cartografias (os marcadores territoriais e se é necessário excluir ou acrescentar algum ponto), isso para produzir uma forma de ler que contemple as comunidades quilombolas;
2. Depois de debatida a cartografia, deve-se divulgar as produções realizadas, em software QGIS.3.22, com a comunidade quilombola; compartilhando a autoria da produção, pois sem as memórias comunitárias sobre o território quilombola não seria possível produzir o conhecimento científico;
3. Instrumentar (com relação a educação geográfica), acompanhar a comunidade em suas demandas com o Estado, e cobrar do poder público a titulação das terras quilombolas (colaborando com atividades de demandas técnicas).

Para discutir as territorialidades quilombolas o caminho acima se faz necessário, na sequência será exemplificado um a um para que seja perceptível o papel social da cartografia que buscamos demonstrar. E porque é a partir delas que chega-se à *continuum* espacialidade quilombola na cidade, e poder observar seus papéis na retomada territorial, de um bairro negro entre os bairros Boa Vista e Três Figueiras, que foi sendo subtraído com a expansão da cidade.

Retomando o primeiro ponto da cartografia social, que está listado acima, “1. *Com o mapa preliminar, representar (pelas iconografias) e revisar junto às comunidades suas cartografias (os marcadores territoriais e se é necessário excluir ou acrescentar algum ponto), isso para produzir uma forma de ler que contemple as comunidades quilombolas*”, temos que as cartografias são desenvolvidas levando em consideração os valores civilizatórios afro-brasileiros (TRINDADE, 2010) juntamente com uma escuta ativa (FREIRE, 2016) e ao longo das entrevistas, desvenda-se os marcadores territoriais (HENRIQUES, 2004).

Esse processo em diálogo origina a cartografia social, lidas como contra-coloniais e contra-hegemônicas, do Quilombo Kédi que serão apresentadas ao longo do capítulo quatro “O quilombo Kédi e a retomada territorial”, e seus subcapítulos. Do mesmo modo que foi construída a cartografia do Kédi, que será exemplificada nesta metodologia, foi construída a cartografia dos Silva em 2018, que

está presente no Atlas da Presença Quilombola em Porto Alegre/RS (PIRES e BITENCOURT, 2021, p.99-126).

Para iniciar o trabalho cartográfico primeiro a comunidade se organiza, escolhendo entre os seus, os representantes que irão narrar a trajetória da comunidade, normalmente são as pessoas mais velhas, por terem vivido as transformações do espaço, no bairro e nos seus territórios. Depois de organizados eles escolhem um dia para a realização da cartografia. Um trabalho grande como esse não se faz sozinho, então em todas as etapas da cartografia social desenvolvida no Quilombo Kédi foram acompanhadas pela equipe técnica formada por mim e pelas geógrafas Giulia Sichelero⁹ e Laura Flores¹⁰, além da orientação como responsáveis técnicas das geógrafas Cláudia Pires¹¹ e Lara Bitencourt¹².

No dia escolhido pela comunidade para realização da narrativa, leva-se um mapa impresso em folha de tamanho A0 (figura 14). Na imagem estará contido o recorte do bairro para que os quilombolas se localizem e descrevam as mudanças no espaço do entorno e de onde moram atualmente. Leva-se também em tamanho de folha A3 um recorte da comunidade, para que se descreva as relações sociais vivenciadas dentro do território. Essas dimensões de imagens são escolhidas por favorecerem uma visão do espaço, além do lugar específico que a comunidade ocupa. A imagem de tamanho A0, em uma escala pequena, nos possibilita mapear os trajetos do passado, presente e futuro, já a imagem em A3, com escala grande, possibilita a leitura do território usado cotidianamente, a escala grande serve para vermos as qualidades dos lugares, e também seus conflitos. Já que não há um nível de análise que sustenta todas as questões de uma territorialidade, os diferentes níveis de análise possibilitam uma aproximação dos objetos e ações no espaço, de modo a permitir que os detalhes, de cada escala, fiquem em evidência.

⁹ Giulia Assunção Sichelero - Geógrafa, mestranda pelo programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRGS.

¹⁰ Laura Isabel dos Santos Flores - Geógrafa licenciada.

¹¹ Cláudia Luísa Zeferino Pires - Professora do Departamento de Geografia, Coordenadora do Núcleo de Estudos Geografia e Ambiente.

¹² Lara Machado Bitencourt - Geógrafa CREA RS214906, Licenciada em Geografia e Pesquisadora do Núcleo de Estudos Geografia e Ambiente, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRGS.



Figura 14: Trabalho de campo realizado no Quilombo Kédi - Entrevista coletiva.
Fonte: Giulia Sichelero, 2022.

Quando se apresenta uma grande imagem de satélite, densa de informações, pode ser difícil iniciar a conversa, e como a cartografia social é uma história a ser narrada, o NEGA elaborou um roteiro de entrevista intitulado 'Roteiro desvendados de significados', que serve para guiar o momento da cartografia. A partir dele conseguimos chegar o mais próximo possível, de uma lembrança completa do espaço no passado; e de como se utiliza hoje o território, para as reivindicações e delimitação territorial da comunidade; bem como as possibilidades futuras com a titulação da terra.

A medida que acontece a narrativa as pessoas elaboram no mapas impresso uma legenda sobre a sua história, mostrando por onde andaram e andam, mostrando como era o passado a partir do presente, dizendo que hoje onde é um terreno baldio antes eram áreas ocupadas e produzidas pela comunidade, com a criação de animais, tambos de leite, varais, evidenciando o que Isabel Henriques (2003) chamou de marcadores territoriais, que,

“sintetizam o desmantelamento da cultura africana em Angola. A autora coloca a necessidade de construir uma rede interpretativa, mesmo que provisória, dos elementos identificadores do espaço. Para Henriques, o território se sustenta com a história e que se representa não só na presença dos espíritos dos antepassados, mas pela acumulação de sinais (marcadores), uns criados pela natureza e reinterpretados

socialmente, os outros provindos do imaginário do indivíduo e das sua sociedade.” (PIRES, et al, 2016, p.186)

Sendo assim os marcadores narrados se tornam a metodologia para compreensão do *continuum território* dos quilombos urbanos. No ato de transformar esses marcadores em representação cartográfica em software é necessário que se faça uma análise prévia da legenda e os classifique em passado, entorno e território, como exemplifica a tabela a seguir (figura 15), porque em cada distinção se usa uma escala específica para representar o que a comunidade quer evidenciar.

Leitura das memórias espacializadas pela comunidade		
Categorias de análise	Memórias no espaço-tempo	Geram o mapa
Território no presente	as atuais, sendo os espaços de lazer e convivência; podendo ou não constar conflitos com a vizinhança do território	Marcadores territoriais
Entorno no presente	deslocamentos na vizinhança para escola, trabalho e lazer	Fluxos do Cotidianos
Território e entorno no passado	até 1988, ano da CF, foi escolhido esse recorte por causa da PL 490 que dita sobre o Marco Temporal	Perícia: Quilombo Kedi,1982

Figura 15: Análise dos dados da cartografia social. **Fonte:** Autoral, 2023.

A partir da cartografia social e análise dos marcadores (território, entorno e perícia), podemos representar as relações espaço-temporais de pertencimento da comunidade no território reivindicado. Para elaborar um produto que seja acessível a todos, os letrados e não letrados pela cartografia, desenvolveu-se a representação de iconografias (PIRES e BITENCOURT, 2021, p.90-94) baseadas nos marcadores territoriais identificados ao longo do processo cartográfico. A construção das iconografias são inspiradas em dois fatores: o primeiro é o do conteúdo e significado do marcador para a comunidade, buscando os elementos de forma e cor para representá-los; o segundo é de fonte de inspiração nas adinkras, símbolos ganeses que representam metáforas e aforismos em África e que articulam com a cultura afro-brasileira. (PIRES e BITENCOURT, 2021).

Na imagem abaixo (figura 16) interpretamos o que foi explicado. Kédi conta em seu território com a casa de Religião de Matriz Africana Templo de Umbanda Oca das Matas, essa representação por ser um valor civilizatório afro-brasileiro (AZOILDA, 2003) e ser um marcador territorial (HENRIQUES, 2004), serve de guia para se considerar as cores da comunidade. Béio, a liderança religiosa nos explicou que a casa é regida por Xangô e Jurema, por isso foram escolhidas as cores vermelha e verde para os ícones do Quilombo Kedi. E para marcar o espaço-tempo desse território reduzido, também utilizamos das cores para marcar a história, os ícones em vermelho representam o passado e os em verde o presente.



Figura 16: Iconografias criadas para representar os marcadores do Quilombo Kédi.

Fonte: Gabriel Muniz, Dossiê, 2022.

As famílias do Quilombo Kédi através da memória ancestral presenciaram as transformações sócio-espaciais no seu território e entorno, o que possibilita elaborar o mapa “bruto” da cartografia social (figura 17, abaixo) que exemplifica o *continuum território* (NASCIMENTO, 2021) e espaço usado (SANTOS, 2014). Esse resultado preliminar é o que possibilita toda a metodologia, na identificação dos marcadores no espaço-tempo e elaboração de iconografias para a legenda dos marcadores territoriais.

A cartografia social é o método que possibilita a leitura do espaço pela perspectiva quilombola. Os marcadores territoriais possibilitam ver a redução de seus territórios para a expansão urbana, onde eles têm que presenciar a construção de prédios de alto padrão econômico sem verem alguma melhoria de infraestrutura, por parte de políticas públicas da prefeitura em seus territórios. O que as comunidades quilombolas cartografia e o que ciência geográfica permite compreender sobre o espaço usado, nos mostra a segregação sócio-espacial. Esse movimento de “alisar” o bairro Boa Vista, que se reflete na cidade de Porto Alegre como um todo, as políticas de higienização excluem a “rugosidade” dos bairros negros, pois os sufoca na redução de seus territórios.

Retomando o segundo ponto da cartografia social, que está listado na página 48, “2. Depois de debatida a cartografia, deve-se divulgar as produções realizadas, em software QGIS.3.22, com a comunidade quilombola; compartilhando a autoria da produção, pois sem as memórias comunitárias sobre o território quilombola não seria possível produzir o conhecimento científico”, aqui vemos a cartografia social sendo associada à devolução dos dados para a comunidade, que são sua história espacial. Sendo assim entregamos para a comunidade como produto de sua memória e ancestralidade um banner (figura 18), com o resumo de todo o mapeamento para que a comunidade se enxergue na cidade, no passado, no presente e no futuro. Além de um Dossiê Geográfico¹³, de título: QUILOMBO KÉDI e suas narrativas espaciais, que possibilita a comunidade utilizá-lo, se desejar, como documento na luta pela terra.

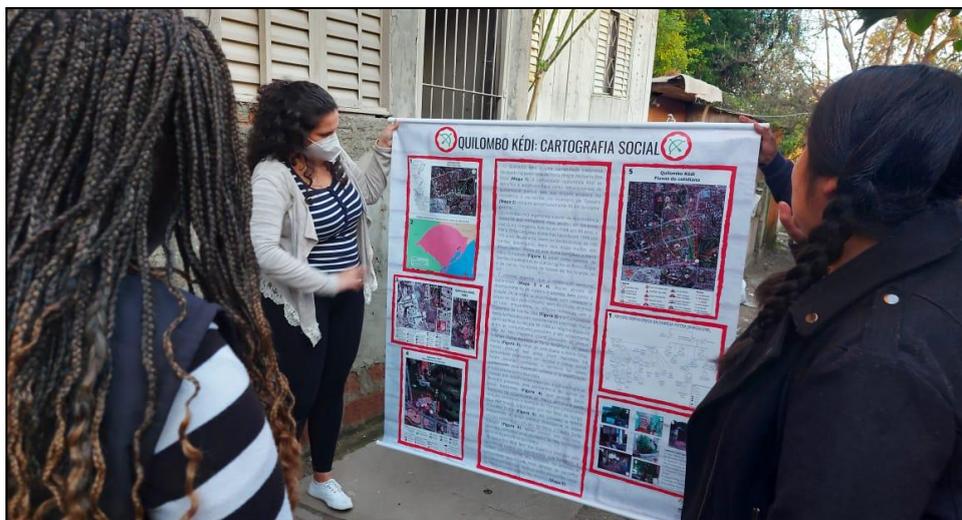


Figura 18: Entrega do Relatório à comunidade Quilombo Kédi. **Fonte:** NEGA/UFRGS,2022.

¹³ O dossiê: QUILOMBO KÉDI e suas narrativas espaciais, foi realizado como projeto de pesquisa com apoio da CLACSO e também por solicitação do MPF ao NEGA.

Por fim, o último ponto da cartografia social listado na página 48, “3. Instrumentar (com relação a educação geográfica), acompanhar a comunidade em suas demandas com o Estado, e cobrar do poder público a titulação das terras quilombolas (colaborando com atividades de demandas técnicas)”, este apresenta-se como o mais importante, pois é nele que a pesquisa-ação (THIOLLENT, 2005) se afirma. Não se vai a um território pegar dados e usá-los como objeto, se vai a um território partilhar conhecimento entre sujeitos (FREIRE, 2010), sendo assim ao fim da cartografia social, depois da entrega do material, ainda continuamos em contato com a comunidade para fortalecê-los sempre que acharem necessário. Seja para fazer volume em alguma audiência ou para análise técnica com algum órgão da prefeitura ou estado, aqui sempre estaremos presentes.

Durante a realização da cartografia social, entre os dias de contato com a comunidade até a entrega do mapeamento final, participamos de diversas audiências e reuniões públicas para participar dos enfrentamentos de apoio à comunidade, em favor da permanência de onde estão e da não remoção. Acompanhamos as visitas do Ministério Público Federal (MPF), Ministério Público Estadual (MPE) e do Departamento Municipal de Habitação (DEM HAB) à comunidade em 06/11/2021 (figura 19), e da visita seguinte em 11/02/2022 (figura 20) realizada pelo MPF com o objetivo de reunir as comprovações técnicas para assegurar a permanência da comunidade no território ameaçado pela especulação imobiliária no bairro Boa Vista.



Figura 19: Visita MPF/MPE/DEM HAB ao Quilombo Kedi em 06/11/2021. **Fonte:** Laisa Zatti, 2021.



Figura 20: Visita do MPF ao Quilombo Kédi em 11/02/2022. **Fonte:** Laisa Zatti, 2022.

Além disso, participamos da apresentação da equipe interdisciplinar formada por profissionais da Geografia e da Antropologia, conforme designação do MPF em 19/02/2022 (figura 21), já que o levantamento geográfico e de cartografia social serviriam para a articulação do MPF sobre a situação sócio-espacial da comunidade. A articulação política do Quilombo Kédi conta com a presença dos movimentos sociais AKANNI - Instituto de Pesquisa e Assessoria em Direitos Humanos, Gênero, Raça e Etnias; IACOREQ - Instituto de Assessoria às Comunidades Remanescentes de Quilombo; e, Frente Quilombola/RS.



Figura 21: Apresentação das equipes técnicas de Geografia e Antropologia para comunidade do Quilombo Kédi em 19/02/2022. **Fonte:** Arquivo Quilombo Kédi, 2022.

O caminho metodológico desenhado acima foi aprendido no NEGA, que o desenvolveu em 2013 com a primeira cartografia social que realizou, no Quilombo dos Alpes (PIRES, *et al*, 2016). A utilização dos marcadores territoriais e dos valores civilizatórios afro-brasileiros fazem sentido no que se refere à ancestralidade negra em diáspora e remanesce na memória dos afro-brasileiros. A cartografia social, como descrita, pela metodologia do NEGA, faz sentido por já terem sido registrados outros nove territórios em Porto Alegre do mesmo modo. O quadro a seguir (figura 22) exemplifica o caminho metodológico para identificação de um território negro entre os quilombos Kédi e Silva, já que originalmente a região, que se caracteriza por chácaras, era ocupadas por negros alforriados em diáspora.



Figura 22: Caminho metodológico. Fonte: Autoral, 2023.

Com o caminho metodológico é possível observar nos mapas a espacialização quilombola na cidade e a sobreposição da hegemonia sobre uma região que no passado se caracterizava como um bairro negro, a cartografia proporciona entender os espaços que foram “alisados”. A cartografia social de perícia (representadas nas aerofotografias de 1941 e 1982), dos Marcadores Territoriais (o território em si do passado ao presente) e o dos Fluxos Cotidianos (com a representação da comunidade com seu entorno) proporciona compreender sobre a retomada territorial do Quilombo Kédi.

4. O Quilombo Kédi e a retomada territorial

As cartografias apresentadas ao longo do capítulo evidenciam o pertencimento territorial do Quilombo Kédi. Elas retratam o *devir* comunitário pela memória coletiva, através de seus narradores que foram invisibilizados. Com a reconstituição da presença comunitária no espaço, se espera reivindicar uma reparação histórica, com a titulação da terra, e o reconhecimento de existirem afirmado territorialmente.

Os primeiros moradores do território, que hoje conhecemos como Quilombo Kédi, se instalaram no começo do século XX vindos do município de Taquara/RS (figura 23), essa característica diaspórica do começo do século XX é reflexo da migração pós-abolição, que na busca por trabalho e espaço para a subsistência se alocaram nas bordas das cidades para recomeçarem. Sendo assim o Quilombo Kédi se reconhece como remanescentes de quilombolas por causa da sua origem ancestral na resistência à escravidão.



Figura 23: Mapa de diáspora do Quilombo Kédi, do município de Taquara/RS para Porto Alegre/RS.
Fonte: NEGA/UFRGS, 2022.

Quando os primeiros moradores se depararam com grandes vazios à medida que se distanciavam do centro já urbanizado, pois grande parte dos bairros que conhecemos hoje em Porto Alegre, até a década de 1960, eram considerados zona rural da cidade. José Dutra Gonçalves, falecido em 1988 aos 98 anos, e Maria Otília Gonçalves, falecida em 1998 aos 105 anos, relataram para os familiares sua trajetória até Porto Alegre e que seus pais e avós vinham da resistiram à escravidão. Contam que chegaram jovens na cidade, José Dutra Gonçalves, tinha apenas 20 anos, considerando a idade/ano do seu falecimento percebe-se que essa diáspora era no período recente do pós-abolição. A comunidade do Quilombo Kédi conta com cem famílias, das quais nem todas são descendentes de José e Maria Otília, mas muitos ainda são (figura 24), essa característica de acolhimento e solidariedade é uma marca quilombola, o que Andreilino Campo (2012) remete aos “campos-negros”, tornando a comunidade extensa e fortalecida.

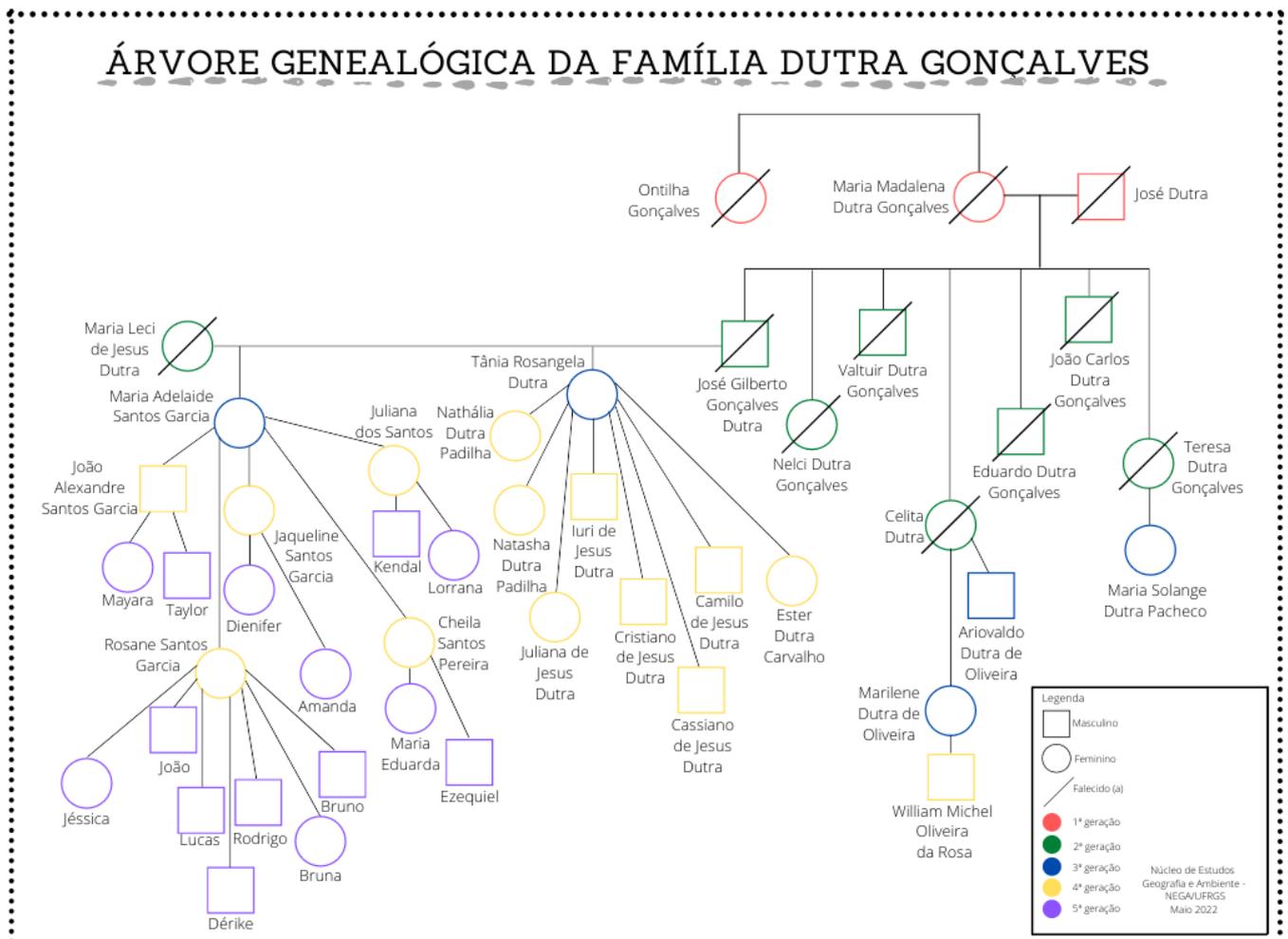
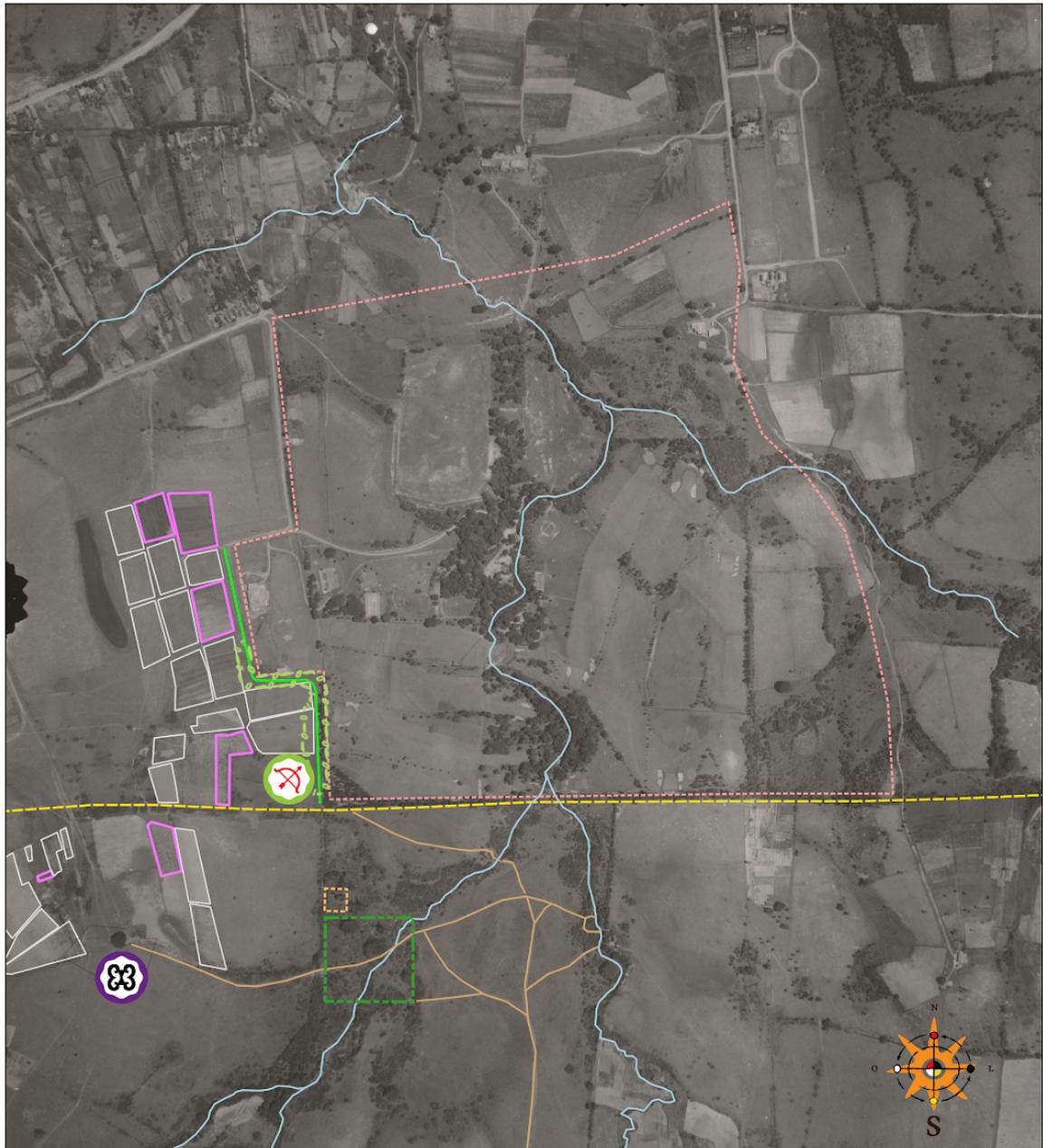


Figura 24: Árvore Genealógica da Família Dutra Gonçalves. **Fonte:** Tânia Rosângela de Jesus Dutra e Marilene Dutra de Oliveira, 2022. **Elaboração:** NEGA/UFRGS, 2022.

De acordo com as narrativas dos Kédi e dos Silva, a outra comunidade quilombola que se territorializava nessas áreas vazias no mesmo período, a ocupação dos espaços quilombolas remonta à década de 1940. Essas áreas por terem características rurais, de pouca movimentação (figura 25), proporcionaram uma grande espacialidade negra que eram ligadas pelas conexões de: caminhos, córregos e banhados. Sendo assim, foi nessa possibilidade, que essas pessoas em diáspora foram se instalando para criação de cavalos, plantio de hortifrutigranjeiros e roçados; além da criação de cabritos, galinhas, porcos e vacas de leite. Essas famílias, por serem agricultores, plantavam milho, batata, feijão, aipim, legumes e verduras para a venda e consumo de subsistência da comunidade.

Desta forma, no passado, a paisagem dos Quilombos Kédi e Silva eram repletas de banhados, caminhos e estradas de chão que ligavam as multiterritorialidades negras da região (incluindo o Beco do Resvalo, que se localizava próximo ao Quilombo da família Silva). Essa ligação em rede se fazia naturalmente porque ainda não havia passagem intensa pela região, as ruas não eram asfaltadas e nem existia a atual avenida Nilo Peçanha, que hoje é limite entre os bairros. O mapa de 1941 (figura 25) mostra o limite entre os dois bairros, e pega a localização das comunidades, ali estão representados os conjuntos de práticas desenvolvidas pela territorialidade quilombola no período anterior à urbanização do bairro Boa Vista. Com a análise da fotografia aérea podemos identificar a existência de áreas de cultivo para subsistência, como mencionado pelas lideranças comunitárias de ambas as comunidades, pois no período de fixação no espaço essas eram as principais atividades das famílias. Na atualidade, resquícios dessas práticas estão presentes em pequenas hortas nos pátios das casas da comunidade do Quilombo Kédi e em uma pequena horta na comunidade do Quilombo da Família Silva.

Quilombo Kédi, 1941



Legenda

Leitura sobre fotografia aérea de 1941

- | | |
|---|---|
|  Quilombo Kédi |  Futura Praça Desembargador La Hire Guerra |
|  Futura Av. Frei Caneca, |  Futura delimitação do Country Club |
|  Divisa territorial atual do Quilombo Kédi |  Caminhos e estradas de passagem |
|  Quilombo da Família Silva |  Drenagem |
|  Divisa territorial atual do Quilombo da Família Silva |  Futura Av. Dr. Nilo Peçanha |
|  1ª Casa José e Madalena Dutra |  Roçados |
| |  Praticas de cultivo de Subsistencia |

Informações da
Aerofotografia

Imagem de 1941, divisa
entre os bairros Três
Figueiras e Boa Vista.
Fonte: SMAMUS.
Aquisição em
08/06/2022.



Figura 25: Mapa do território usado pelas comunidades quilombolas Silva e Kédi em 1941.
Fonte: NEGA/UFRGS, 2022.

A partir dos anos 60 (séc. XX) gradualmente foi aumentando o processo de urbanização no local, se intensificando somente nos anos 1980 com a abertura da Avenida Nilo Peçanha, que se desenvolveu, no primeiro momento, para suprir a necessidade de um caminho para o shopping Iguatemi, inaugurado em 1983. A comunidade relata que onde hoje está o shopping Iguatemi era uma lagoa frequentada pelas famílias como área de lazer, e que também para o lazer, a comunidade ia até a lagoa que existia no bairro Chácara das Pedras, próximo dali que hoje ela é apenas um chafariz no centro da praça Continental.

Segundo a história dos bairros de Porto Alegre, o Boa Vista foi criado pela Lei nº 2022 de 7 de dezembro de 1959, se constituindo como bairro residencial a partir da década de 1960 quando se comercializou loteamentos planejados, mas foi o Plano Diretor de Porto Alegre (lei 434/99) que fez o “boom” imobiliário, onde as casas deram lugar aos prédios. E por ser muito próximo ao centro, que já estava densamente povoado, este foi um bairro que passou a ser procurado, principalmente porque sua infraestrutura - em educação - já havia se consolidado, grandes colégios da cidade foram se instalando a partir do meio e final dos anos 60 (1965-1969);

O bairro possui uma tradicional escola de ensino privado, o Província de São Pedro, sediado há mais de 24 anos *[referência ao ano de 1992]* na rua Marechal Andrea. Possui, também, uma extensa área verde, com mais de 50 ha: o Porto Alegre Country Club. Fundado em 30 de maio de 1930 por um grupo de aficcionados do golfe, teve inaugurada a nova sede, onde está até hoje, no ano de 1938, e muitas ampliações e reformas foram ali efetuadas. Outro estabelecimento de destaque no bairro é a Sociedade Libanesa, fundada em 1º de setembro de 1936, e antes situada no bairro São João. Com a compra da área de sua sede pela Sogipa, em 1985, veio a situar-se na Rua Barão de Rio Grande. (História dos bairros de Porto Alegre, p. 15. Grifo nosso)

E a história do bairro Três figueiras (figura 26) se mantém com o mesmo modo de urbanização,

com o crescimento populacional e o desenvolvimento das áreas próximas ao Centro, muitas instituições, na urgência de expansão, deslocaram-se para regiões mais afastadas, como o Colégio Anchieta. Fundado em 1890 pelos jesuítas, teve seu início na rua Duque de Caxias, mas com o aumento significativo do número de alunos, houve a necessidade da ampliação de suas instalações, o que era inviável na região central. Assim, em 11 de novembro de 1967, inaugura-se no bairro Três Figueiras a nova sede, junto à Av. Nilo Peçanha. Outra tradicional escola que se deslocou para o bairro foi o Colégio Farroupilha, fundado pela Associação Beneficente Alemã, e primeiramente localizado na Rua Senhor dos Passos desde 1886,

passando em 1895 para sede própria na Av. Alberto Bins. Com o crescimento do número de matrículas, foi necessária sua ampliação, e a opção foi a aquisição de uma chácara no ano de 1928, que veio sediar a escola. (História dos bairros de Porto Alegre, p. 105)

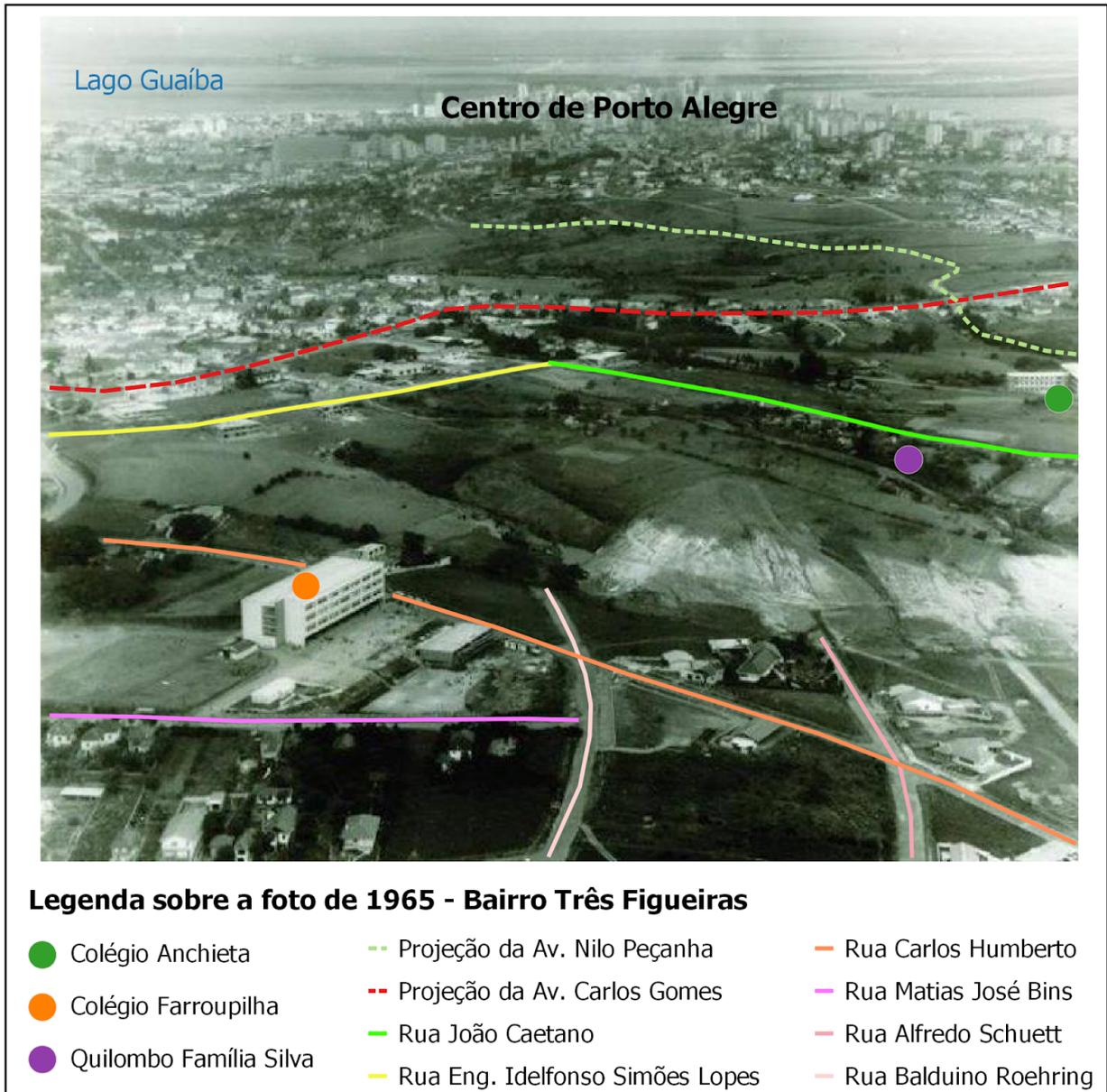


Figura 26: Vista aérea do Bairro Três Figueiras, 1965. **Fonte:** <https://m.facebook.com/FotosAntigasPortoAlegre/> acessado em junho 2022. **Elaboração:** NEGA/UFRGS, 2022.

Nitidamente antes de serem os bairros que conhecemos hoje - com intenso comércio e serviços para uma elite que se instalou ali - este espaço foi um bairro negro, até o meio da década de 1965. O desenho da “nova cidade urbanizada”, que se instalou com seus altos prédios comerciais e de médio-alto padrão residencial, invisibilizou os usos antigos e espremeu as territorialidades que faziam o espaço.

As avenidas (Carlos Gomes, Nilo Peçanha, prolongamento da Protásio Alves, entre outras) abertas no século XX formaram o Distrito Norte/Leste de Porto Alegre, que é onde as comunidades quilombolas Kédi e Silva se encontram. Com as crescentes transformações espaciais nessa parte da cidade, muda também o perfil do trabalho desenvolvido nesta região, ofertando às populações que estavam vivendo do comércio de animais e de hortas de subsistência, um trabalho na construção civil, além de ocuparem os postos de serviços nos comércios, em casas de famílias ricas como “empregadas domésticas”, jardineiros, e “caddies” como são chamadas as pessoas que carregam os tacos dos jogadores no campo de golfe. Como Maria Silva e Henrique Cunha (2022) destacam, o quilombo no urbano transformou camponeses (agricultores) em trabalhadores urbanos,

As populações negras durante o transcorrer do século XX realizaram grandes transformações sociais. Passaram de populações iminentemente rurais para populações urbanas num deslocamento forçado pelas formas de implantação no Brasil do capitalismo racistas, desassistidas de políticas públicas específicas. Também passaram de populações escravizadas à condição de trabalhadores de baixas remunerações e de sistemáticos desempregos e subempregos. São duas transições impostas pelos momentos históricos com consequências específicas sobre a população negra e que geram proposições de estudos sobre a urbanização das populações em relação a formação das cidades brasileiras (CUNHA JUNIOR, 2019). (SILVA e CUNHA JÚNIOR, 2022, p.151-152)

O descrito pelos autores é o cenário do pós-abolição para muitas famílias negras que, forçadamente tiveram que migrar por causa das políticas da época, na busca por qualidade de vida e alguma oportunidade próxima aos centros urbanos. As “políticas” as quais nos referimos são as que moldaram o racismo estrutural, ou como os autores chamam racismo antinegro estrutural (idem, 2022), que foi favorecido pela política de branqueamento (1888-1920) que trouxe imigrante europeu para “branquear” a população e como consequência foram eles os inseridos no mercado de trabalho, não a população residente; e a Lei de Terras de 1850 que durou formalmente até a constituição de 1988, quando finalmente se fala em terras para a reforma agrária. A retomada territorial quilombola pode ser lida assim, como a reparação da terra que nunca pode ser adquirida pela comunidade negra. É nesse cenário que se formam os trabalhadores que construíram as grandes avenidas de porto alegre, e esses trabalhadores tinham cor, era a negra (figura 27).



Figura 27: Abertura da avenida 24 de outubro em 1907, antiga Estrada Aldeia dos Anjos.
Fonte: Correio do Povo.

O trabalho direto da população pobre na expansão da urbanização, enquanto mão de obra empregada, transformou a cidade, de zona rural para urbanizada. Mas no momento em que as ruas começaram a ser abertas e pavimentadas houve um golpe contra essas pessoas, e a partir da década de 1960/70 a prefeitura concentra suas ações para realizar grandes projetos de urbanização, consequentemente essas ações do capitalismo racista (SILVA; CUNHA JÚNIOR, 2014) acabam em um projeto de higienização. Os quilombos Kédi e Silva, mesmo tendo sido confinados a territórios inúmeras vezes menor do que tinham, conseguiram resistir ao “alisamento” proposto pelo governo municipal, mas muitas outras comunidades negras e pobres não conseguiram. Com a construção da Avenida Nilo Peçanha, para chegar ao shopping Iguatemi, e o próprio shopping, a década de 1980 foi marcada por migrações forçadas, de negros e pobres, para bairros mais distantes do centro.

A história dos bairros Boa Vista e Três Figueiras é recente, comparada a territorialidade negra, que remonta há 58 anos (considerando início da urbanização, promovida pelo poder público municipal, 1965), enquanto a história quilombola e negra no local remonta 83 anos atrás (considerando a data de 1940, diáspora da família Silva), e mesmo assim há conflitos com a especulação imobiliária sobre esses territórios. Os Silva já estão garantidos com o título da terra, mas os Kédi ainda não,

eles conseguiram um respiro com a certidão de autorreconhecimento da FCP, que chegou em março (2023).

A retomada territorial do Quilombo Kédi começa com seu autorreconhecimento, e com o processo iniciado no INCRA. Pode parecer "juridiquês", já que a territorialidade se dá no território simbólico, nos valores afro-brasileiros dos vínculos com a terra, mas a retomada só é garantida com a titulação do território, pois essa possibilita a permanência, do poder existir sem medo de ser "realocado", sem terra os vínculos territoriais podem ser quebrados. A pergunta que pode surgir é: Mas não serve qualquer pedaço de terra? A resposta é, não, no momento que o espaço foi moldado pela comunidade, e eles chegaram antes da especulação imobiliária, por que é a comunidade que deve ser excluída, isso não faz sentido. Podemos ver pelo mapa a seguir (figura 28), que na cartografia oficial da cidade, do ano de 1932, o espaço onde estão localizadas as comunidades quilombolas Kédi e Silva predominava atividades rurais, lembrando que o elo de relação de vizinhança era muito próximo aos bairros negros: Colônia Africana e Bacia do Mont'Serrat. A leitura que a cidade passa para a população negra em diáspora é de que o espaço está livre para ocupação. Os loteamentos urbanos estimulados pelo poder público, passaram a surgir a partir da década de 1960, confinaram os territórios quilombolas.

A resistência para permanecer nos bairros onde estão é fundamental para um novo sentido de sociedade, onde tudo não seja promovido pela lógica do capital, e que a cidade se destaque no enfrentamento ao racismo. A retomada territorial se dá pelo direito da posse da terra, mas diante de tudo que foi apresentado interpretamos a retomada territorial para além, como uma força contra hegemônica/higienizadora, pois passam-se décadas atrás de décadas, e continuam querendo retirar as populações negras e pobres que estão em áreas centrais para dar lugar à elite. O racismo é o que fomenta isso, enquanto não houver um projeto de nação igualitária (RODRIGUES e FERREIRA, 2022) a "expansão urbana" continuará engolindo e reduzindo os territórios negros (quilombola), perpetuando infinitamente o racismo estrutural.

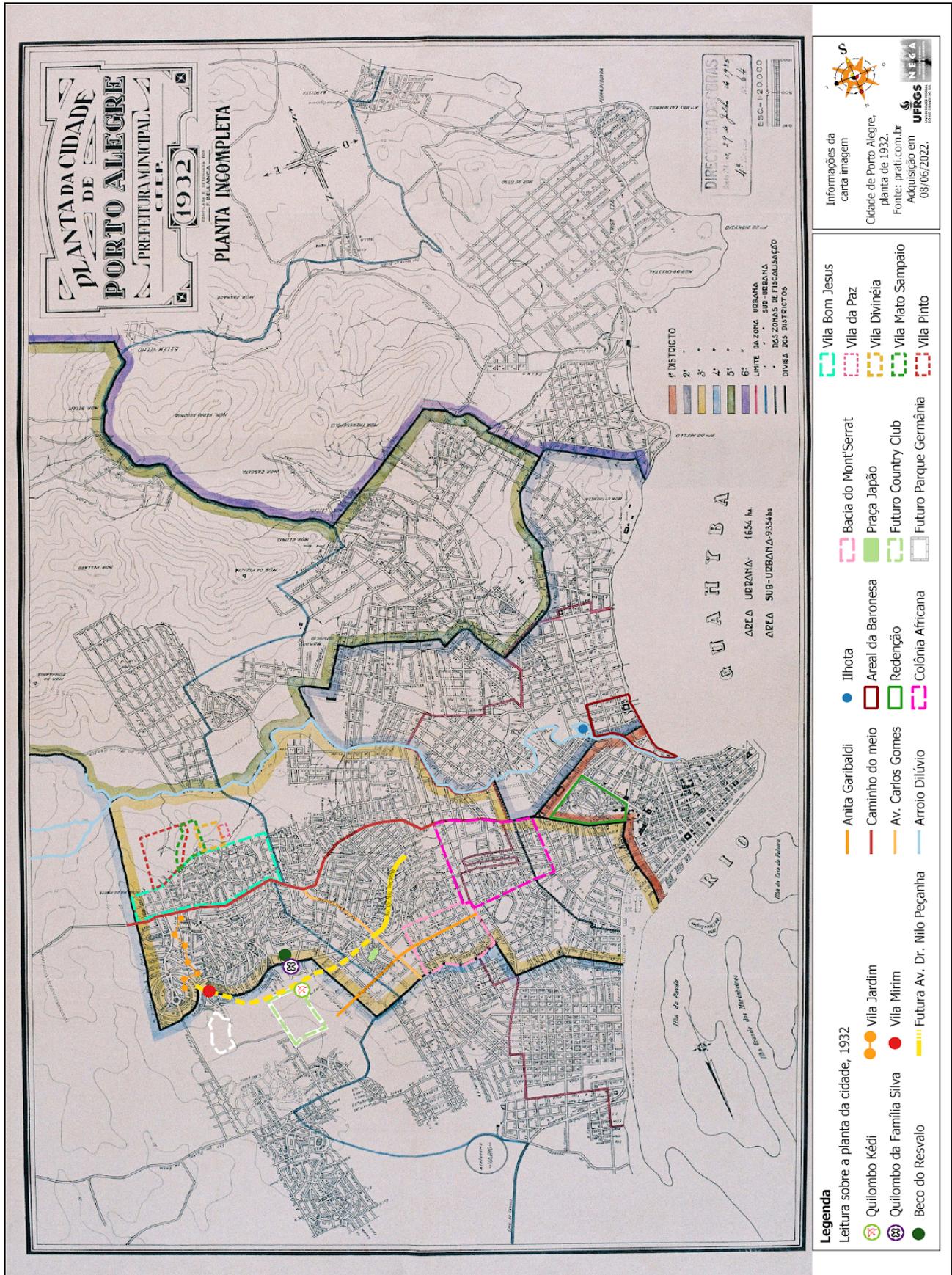


Figura 28: Destaque dos Quilombos Kédi e Silva e do *Continuum* territorial com a Colônia Africana e a Bacia Mont'Serrat. Adaptado da Planta Incompleta da Cidade de Porto Alegre, 1932. **Fonte:** Acervo cartográfico do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. **Elaboração:** NEGA/UFRGS, 2022.

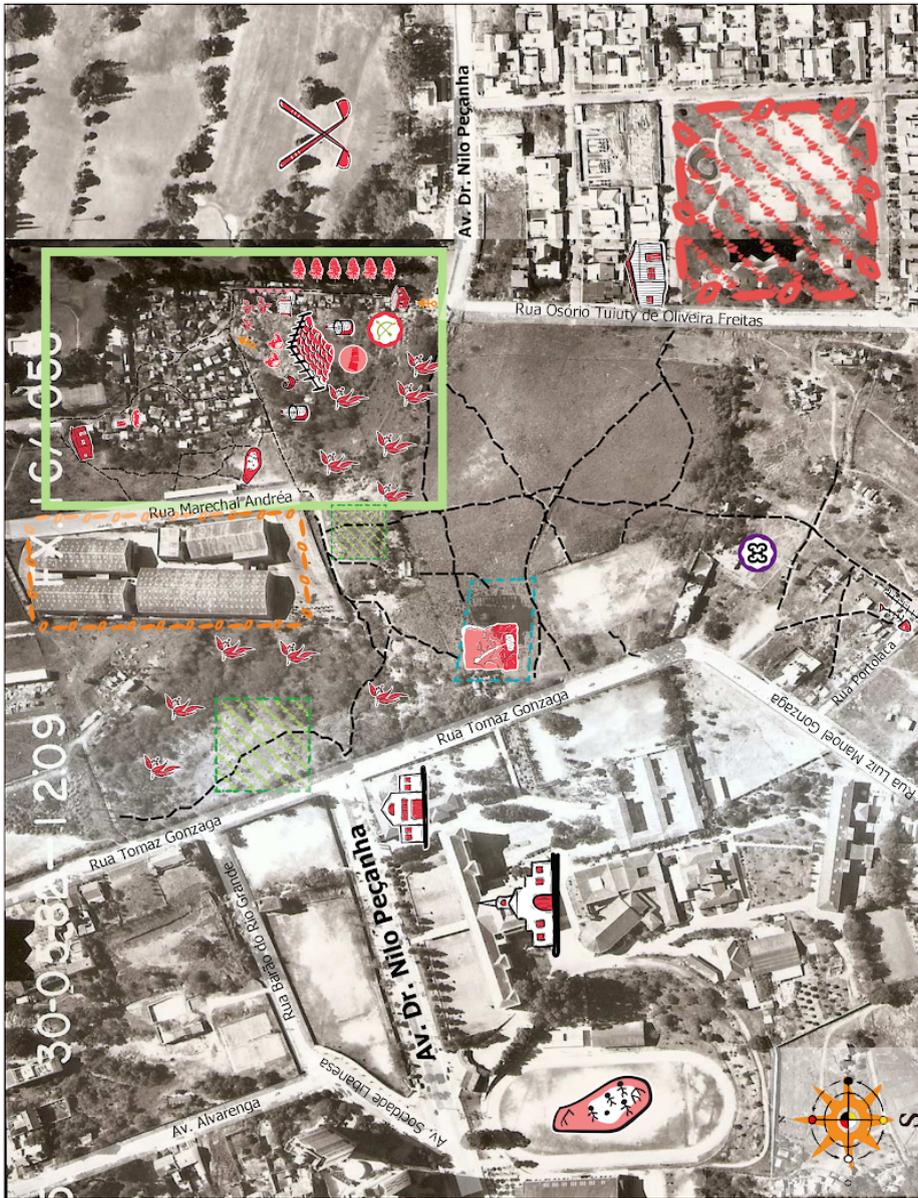
4.1 As cartografias quilombolas e as representações do seu espaço

O território quilombola deve ser compreendido em sua forma material e simbólica, pois em conjunto elas formam as práticas de resistência no espaço, que serão observadas em todas as cartografias deste subcapítulo. Aqui vamos entender o Quilombo Kédi no passado, presente e futuro entendendo essa comunidade, associada aos Silva como um bairro negro aos observar seus protagonismos e as precariedades que foram submetidos pelo estado.

A visão, sobre os quilombos, proposta pelo Estado brasileiro em diferentes momentos da história não fez jus ao seu significado, primeiro os quilombos foram criminalizados e depois marginalizados, tratados como vilas ou favelas. Mas espera-se que, pelo menos nos anos que seguem pelo século XXI, as visões sobre suas manifestações culturais, religiosas, artísticas, políticas sejam “qualificadas” para a sociedade. Ao tratarmos bairros negros estamos destacando seu *devoir* para que haja uma ressignificação do pensamento social sobre o que é ser quilombola. Bairros negros são o esforço, a cooperação e a coesão na construção de uma identidade de grupo (política, social e cultural), de modo que essa construção se territorializa, e deve ser lida como um novo olhar sobre a história do país, da urbanização, de modo que evidencie “à participação negra na produção das cidades brasileiras” (CUNHA JÚNIOR, 2023). Sendo assim ao olharmos a cartografia de perícia do Quilombo Kédi (figura 29), resultado da cartografia social realizada em 2022, vamos perceber o protagonismo negro na formação do Boa Vista.

A aerofotografia de 1982 mostra uma extensa comunidade de inúmeras casas, que era e é caracterizada como vila, se apoiando para resistir a gentrificação de onde moram, assistindo às mudanças sem obterem melhorias por parte do Estado em suas comunidades. Seus bairros, dentro do bairro, são significados de um *apartaid* social que os via, mas não os reconhecia. No mapa estão representadas as resistências no espaço pelo Quilombo Kédi no período em que se iniciava a intensa urbanização do bairro.

Quilombo Kédi, 1982



Informações da Aerofotografia
Mosaico de 30 mai 1982, divisa entre os bairros Ibo Vista e Três Figueiras.
Fonte: SMURB. Aquisição em 20/09/2019

Legenda

- Início da Comunidade
- 1º Casa José e Madalena Dutra
- Antigo Banhado, atual praça Des. La Hire Guerra
- Beco do Resvalo
- Quilombo da Família Silva
- Instalações da Divisão de suprimentos da Sec. Estadual de Saúde e Previdência social

Espaço de Moradias e produção territorial pelo Quilombo Kédi

- Acessos à comunidade
- Banhado, ponto de coleta de água/Vertente
- Área de maricás
- Caminhos das comunidades
- Varal de roupa

Plantação Hortifruti

- Criação de animais
- Roçados
- Campinho 1970/80
- Bar do Zéquinha
- Mecânica do Chico
- Ervas de banho

Poços

- 2º Casa José e Madalena Dutra
- Country Club
- Colégio vespertino
- Colégio Anchieta
- Campinho
- Colégio Anchieta

Festas da Comunidade

- Tereira Tereza do Ananca Toco, 1980
- Tereira Eva Nenê
- Carneiro da Oxum, 1970
- Corredor de eucaliptos plantados pelo seu José Dutra

38

Figura 29: Quilombo Kédi e sua relação de ancestralidade e com o entorno. Fonte: NEGA/UFRGS, 2022.

No mapa de perícia do Quilombo Kédi é possível observar como a comunidade era extensa, e hoje está confinada a uma rua. Do mesmo modo é possível observar toda a espacialidade entre as comunidades negras no local, o Beco do Resvalo e o Quilombo da Família Silva, os trajetos entre todas estas territorialidades favoreceram a existência dos marcadores territoriais do Quilombo Kédi. É importante ver essa espacialidade como coletiva, não como ilhas que não se conversavam, pois é pela solidariedade e formação de campo-negro que fortalece a trajetória para o declara-se quilombola. As práticas territoriais do passado não podem ser mais utilizadas hoje, mas elas permanecem como marcadores territoriais.

O mapa de 1982 revelou pelas narrativas a memória do modo de viver que foi modificado pela expansão urbana. Nele estão representadas toda a territorialidade ancestral do quilombo, umas que não existem mais e outras que permanecem. Os marcadores territoriais são os modos de existir que compunham a comunidade, sendo a representação e preservação dos valores civilizatórios afro-brasileiro que compõem a comunidade. O mapa dos Marcadores Territoriais do Quilombo Kédi (figura 30, a seguir) é a junção dos marcadores antigos com os atuais.

Os marcadores tornam visível a memória, que é uma representação simbólica, e ao estar materializada em uma cartografia se torna poder. Os marcadores antigos estão representados em vermelho e foram, em sua maioria, engolidos pela expansão urbana, já os atuais estão em verde e resistem a esse processo. Cada marcador tem um porquê existir, pois fazem parte do conjunto de fatores que proporcionam a territorialização. Para Isabel Henriques (2004) os comportamentos que culminam nos marcadores territoriais são o que permite ao território “impedir a anulação de toda a sua autonomia/hegemonia, procurando simultaneamente dar-se os meios para não perder totalmente o controle da transformação do território.” (p.35). Sendo assim, eles organizam, constroem e cultivam as identidades dos grupos, tanto que as práticas se mantêm, mesmo que sutilmente, pois elas já foram internalizadas pelos seus descendentes. Um exemplo é o cultivo de ervas, no passado havia extensos campos de maricás, hoje por falta de espaço o cultivo das ervas se dá em vasos de plantas; mas não importa como está se mantendo a ancestralidade, o importante é que ela se mantêm, e é mantida porque está junto de uma identidade de grupo, que será passada de geração em geração. Os quilombos são a resistência e a manutenção da história negra, eles precisam existir para que ela não se perca.

Quilombo Kédi Marcadores Territoriais



Legenda

MARCADORES DO PRESENTE

- | | | | | |
|---|--|---------------------------------------|--|--------------------------------|
| Divisa Territorial atual do Quilombo Kédi | Acessos à comunidade | Maria Solange Dutra Pacheco | Natália de Jesus Dutra | Tânia Rosângela de Jesus Dutra |
| Capela Santa Edwírges | Marilene Dutra de Oliveira | Maria Adelaide Santos Garcia | Templo de Umbanda Oca das Matas | |
| Início da Comunidade | Antigo acesso à comunidade | 2ª Casa Madalena e José Dutra | Poços | Campinho 1970/80 |
| Plantação HortiFruti | Área de Maricás | Campos de passagem | Festas da Comunidade | Espaço de Moradias, 1990 |
| Varal de roupa | Corredor de eucaliptos plantados pelo seu José Dutra | Terreira Tereza do Arranca Toco, 1980 | Terreira Eva Nenê Carneiro da Oxum, 1970 | Bar do Zéquinha, 1970/80 |
| Criação de animais | Antigo Banhado e ponto de Coleta de água/Vertente | | | Mecânica do Chico, 1970/80 |
| | | | | Ervas de banho |

Figura 30: Quilombo Kédi, seus marcadores territoriais. Fonte:NEGA/UFRGS, Dossiê, 2022.

Do mapa (figura 30) destacamos os seguintes marcadores e seus significados:



Os maricás são ervas medicinais, seus brotos são usados contra asma, bronquite e febre.



Os eucaliptos encontrados no território quilombola foram plantados por seu José Dutra para formar uma barreira, uma cerca, em relação ao Country Club. Ainda existem e continuam com essa função.



Ervas de banho são utilizadas para as religiões de matriz africana como modo de proteção, para fortalecer a energia vital, o Axé. Prática mantida pelo Babalorixá da comunidade que hoje em dia as cultivam em vasos e na horta de casa.



Varal de roupa como modo de apropriação do espaço.



Criação de animais como forma de subsistência e para venda, manutenção desta prática do campo por serem agricultores.



Terreiras, são o lugar onde as religiões de matriz africana, afro-brasileira, se expressam. No território quilombola havia duas casas de religião, nos anos 1970 e 1980.



A religião de matriz africana se mantém na comunidade com a casa: Templo de Umbanda Oca das Matas. Sendo uma referência na luta quilombola e ancestral do povo negro pela permanência de sua cultura.



A capela Santa Edwiges foi construída no território com a permissão dos moradores e permite mostrar a multi religiosidade quilombola, mas que muitas vezes é parte do processo de “alisamento” ao qual as comunidades negras são impostas.

Os marcadores territoriais são a manutenção da ancestralidade quilombola, então apesar das modificações espaciais a cultura se mantém na permanência do cultivo de ervas medicinais que atravessam o tempo e espaço perpetuando as tradições da religiosidade de matriz africana, afirmando os vínculos territoriais da comunidade (figura 31 e 32). Acerca das tradições religiosas, a grande referência no território do Quilombo Kédi eram as Terreiras da Eva Nenê Carneiro da Oxum (1970) e da Tereza do Arranca Toco (1980) que atendiam pessoas que vinham buscar ajuda espiritual e medicinal de toda região e de outras cidades. A prática religiosa se mantém no Templo de Umbanda Oca das Matas (figura 33) através de Ariovaldo Dutra, sobrinho da Tereza do Arranca Toco.



Figura 31 e 32: Cultivo de ervas em diferentes residências no Quilombo Kédi. **Fonte:** NEGA/UFRGS, 2022.



Figura 33: Béio e o congá do Templo Umbandista Oca das Matas. **Fonte:** NEGA/UFRGS, 2022.

A comunidade ao longo do tempo realizou inúmeras transformações no espaço, principalmente no território que reivindicam, evidenciando os valores civilizatórios (TRINDADE, 2010) de ancestralidade negra que estão relacionadas à religiosidade. A corporeidade e ludicidade, que são celebrações à vida, à convivência fraterna com os jogos de futebol e as festas de confraternização na avenida Frei Caneca, rua que corta o Quilombo de norte a sul. O cooperativismo/comunitarismo nas relações com o território, o plantio e a criação de animais para subsistência e venda, o uso de poços para obtenção de água potável, o cultivo de flores para venda no cemitério São João. Tem também a circularidade e musicalidade através das crianças em suas brincadeiras de roda, podendo existir em um espaço seguro onde sabem que estão sendo assistidas por toda a comunidade.

A oralidade, principalmente dos mais velhos para os mais novos, é o modo como a comunidade se territorializa, e a cartografia social foi um momento para evidenciar em marcadores as falas carregadas de sentimentos e simbolismos da existência de um povo. O passado e o presente se entrelaçam no cotidiano da comunidade (figura 34), e toda a interpretação está presente no mapa da memória territorial do Quilombo Kédi (figura 30, acima).

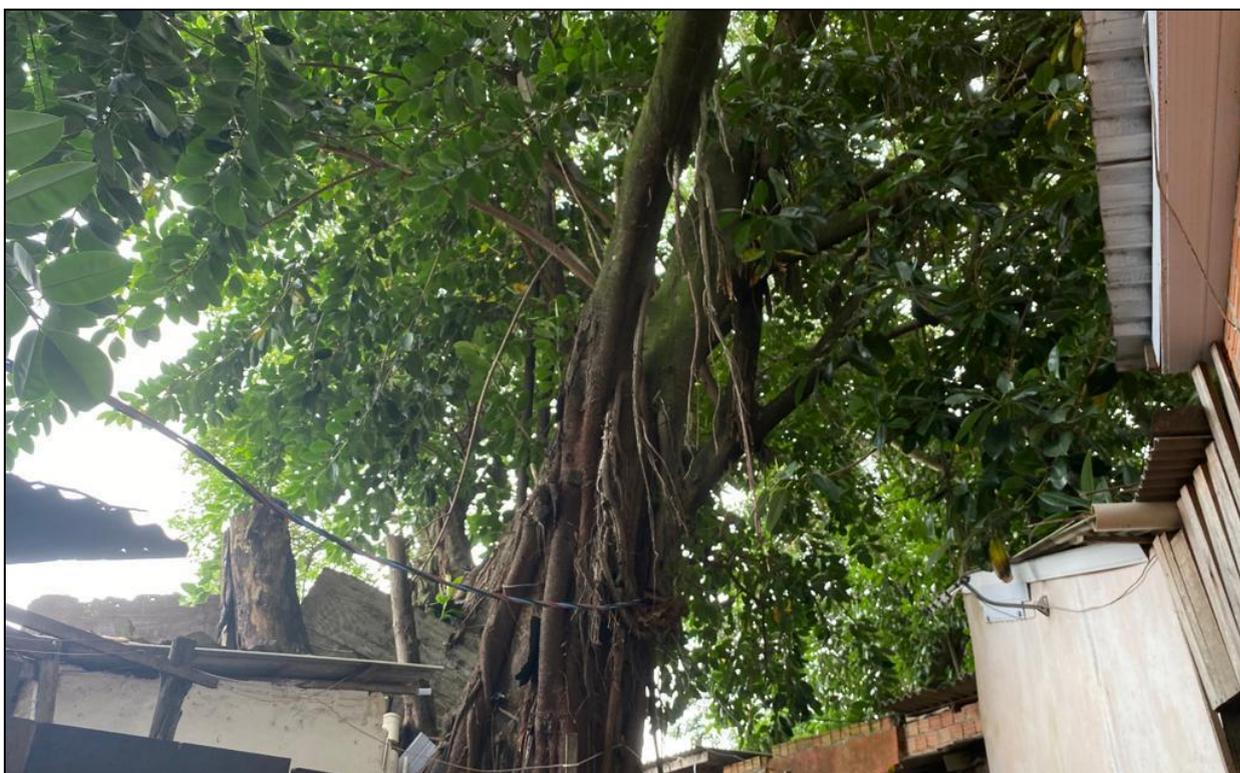


Figura 34: Seringueira centenária plantada pelos primeiros ocupantes do território do Quilombo Kédi.
Fonte: NEGA/UFRGS, 2022.

A comunidade reside onde estão, no bairro Boa Vista, há 73 anos - desde a década de 1950 - antes disso os primeiros moradores, que são a memória e ancestralidade do Quilombo, o seu José Dutra e a Maria Otília migraram pela região; primeiro morando onde hoje é a praça Professor Leonardo Macedônia, depois onde hoje é a praça Desembargador La Hire Guerra até finalmente, por meados de 1950 se instalarem por definitivo ao lado do Country Club. Com seus ancestrais a comunidade possui quase cem anos de territorialização. Do ponto de vista estético urbanístico, o Quilombo Kédi e o Quilombo da Família Silva estão em áreas caras da cidade, no Boa Vista o metro quadrado custa \$7.774,00 reais e no Três Figueiras, o metro quadrado mais caro de Porto Alegre, custa \$8.238,00 reais; suas casas por serem simples e modestas contrastam com a arquitetura local.

Uma observação que chegou no caminho, ao vermos imagens das casas do passado nos bairros negros de Porto Alegre (figura 35), é que as casa atuais não se modificaram desde os anos 1950 (figura 36 e37), por falta de oportunidade em postos de trabalho, por falta de justiça social que possibilitaria uma ascensão dessas famílias.

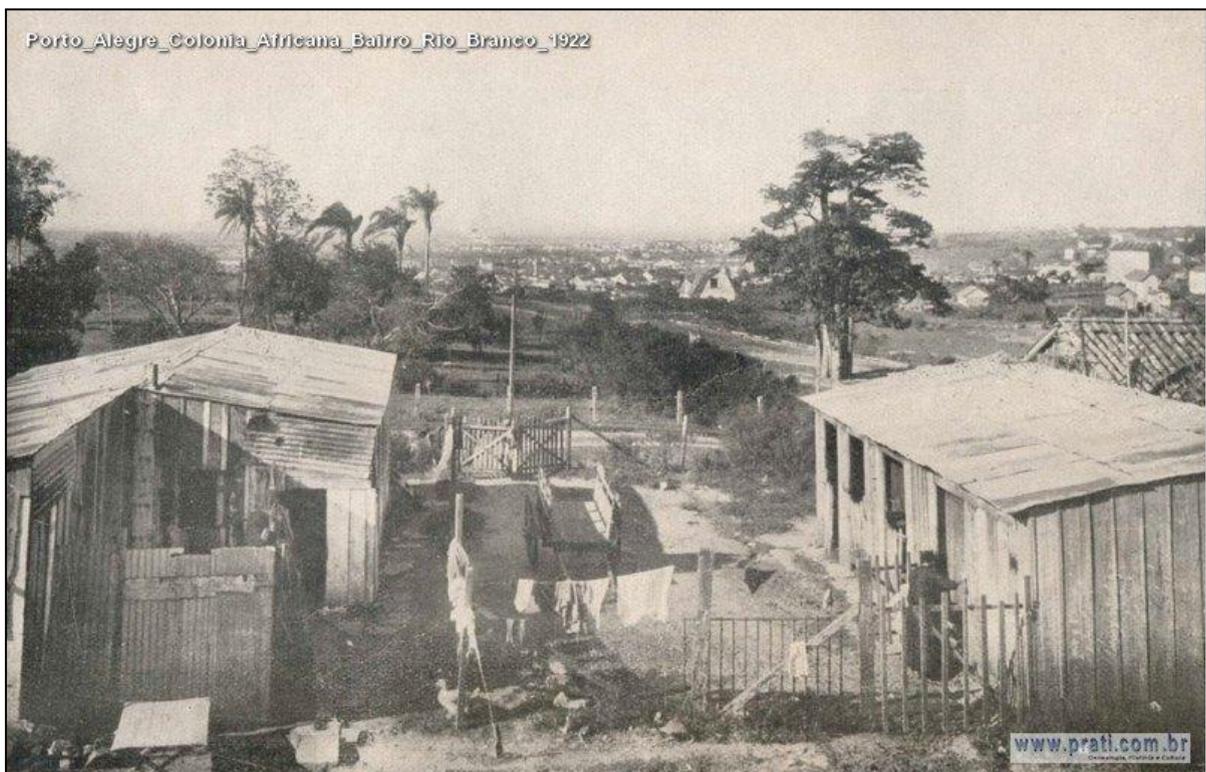


Figura 35: Estilo de construção e organização espacial das moradias na Colônia Africana, Porto Alegre, 1922. **Fonte:** <https://prati.com.br/fotosantigas> Acessado em junho de 2022.



Figura 36: Tipologia das casas no território do Quilombo da Família Silva, memória construtiva da ocupação negra no bairro Três Figueiras. **Fonte:** NEGA/UFRGS, 2019.



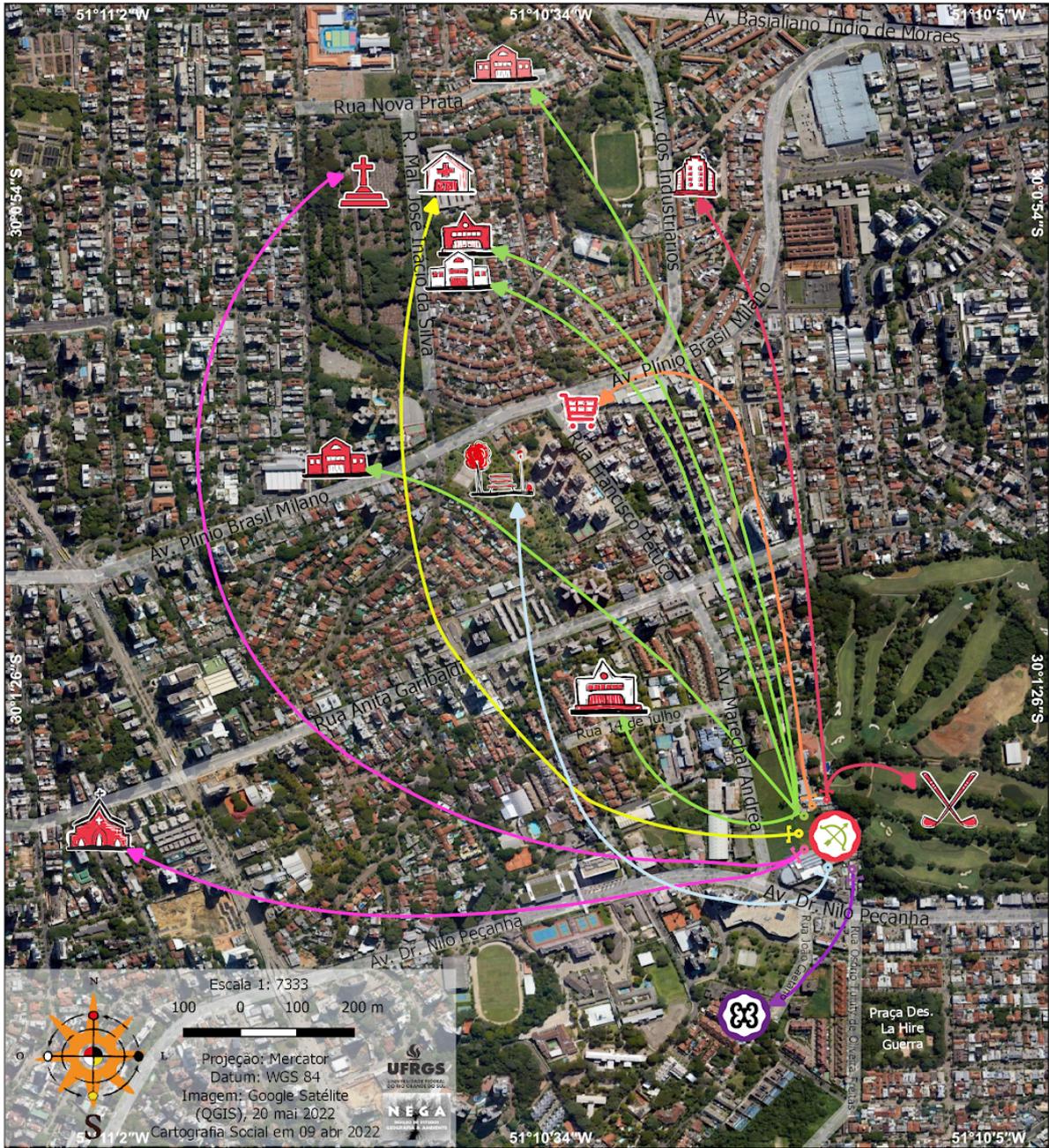
Figura 37: Tipologia das casas no território do Quilombo Kédi, memória construtiva da ocupação negra no bairro Boa Vista. **Fonte:** NEGA/UFRGS, 2022.

Esse é o contraste do racismo estrutural, que não dá oportunidade de se “enquadrar” na paisagem local para que sejam marginalizados, estigmatizados, pela vizinhança e saiam dali; diversos moradores comentam o crime de injúria racial (ALMEIDA, 2019). Há também o racismo institucional (idem, 2019) pelas batidas policiais que sofrem cotidianamente. Por isso a demanda de permanecer se torna forte, sustentável e necessária, precisa-se romper com o padrão branco supremacista colonial para mudar ‘a ordem social’, e é dever do Estado gerar possibilidades para que isso aconteça, rompendo o racismo estrutural (idem, 2019). Então, remover a comunidade quilombola Kédi, para beneficiar o capital sem pensar no bem social, não é a solução. Membros da comunidade têm sofrido assédio, para que vendam suas terras por um preço irrisório, considerando o valor do metro quadrado do bairro. O assédio vem por parte de representantes dos grandes empreendimentos imobiliários dos terrenos que cercam a comunidade, além da prefeitura querer dar prolongamento a av. Frei Caneca no lugar onde estão.

No entanto, o Quilombo Kédi resiste às investidas e reivindica seu direito de permanecer no território por eles moldado e construído. As famílias que moram na comunidade querem permanecer para manter viva a história afro-brasileira e ancestral que as constitui. Mas também para sua qualidade de vida, fator muito importante, já que estão amparadas por todo o sistema “do melhor da cidade” que monta o bairro, são: as escolas, o posto de saúde, os mercados e farmácias próximas, não precisam se deslocar muito para chegarem aonde precisam. Viver o “melhor da cidade” é um direito constitucional de igualdade, liberdade, propriedade e segurança.

O mapa que mostra a relação da comunidade com o entorno exemplifica todos esses Fluxos Cotidianos (figura 38) que a comunidade faz diariamente, pois todos trabalham, alguns como recicladores e outros nos postos de serviço ou casas de família da região; também há crianças no território que frequentam as escolas locais; e pessoas com problemas crônicos que já estão integradas ao sistema de saúde; modificar essa dinâmica seria muito impactante trazendo prejuízos aos moradores.

Quilombo Kédi Fluxos do cotidiano



Legenda		Fluxos	
	Quilombo Kédi		Mercado
	Quilombo da Família Silva		Religião
	Country Club		Saúde
	Sec. Estadual de Cultura		Trabalho
	Posto de Saúde IAPI		Escola
	Cemitério São João		Vinculos com Familiares
	Igreja Mont'Serrat		Lazer
	Mercado Asun Plínio		
	Praça Professor Leonardo Macedônia		
	Colégio Estadual Dom João Becker		
	Escola Bahia		
	EEEF Fabíola Pinto Dornelles		
	Escola NEEJACP Darcy Ribeiro		
	Esc. Est. Especial Recanto da Alegria		

Figura 38: Quilombo Kédi e sua relação com o entorno. Fonte: NEGA/UFRGS, Dossiê, 2022.

As relações espaciais demonstradas acima a infraestrutura básica, de qualidade com grandes avenidas, ruas asfaltadas e todo investimento em transporte, escolas, serviços e comércios que tem na região, são fatores que fazem o seu metro quadrado ser um dos mais caros da cidade. O quilombo já se beneficia dessa estrutura urbana, então é inconsistente a retirada/relocação dessa população para um local que a prefeitura da cidade ainda não levou a estrutura de qualidade dos bairros elitizados. Assim como o Brasil e o Rio Grande do Sul, Porto Alegre tem uma dívida social histórica com as comunidades quilombolas, e as comunidades negras em geral, vítimas de constantes despejos para expansão urbana, e essa dívida por reparações geográficas e históricas significam qualidade de vida. Ela será conquistada com o reconhecimento das comunidades e com o atendimento de suas reivindicações para melhores oportunidades e condições de habitação.

Respondendo a pergunta: *Qual cartografia resultaria do processo co-participativo para a construção de representações narrativas e cartográficas para o Quilombo Kédi?* O resultado das cartografias foi a confirmação de que existe um processo histórico e geográfico que contribui para a comunidade estar ali. A partir do levantamento de aerofotografias dos anos 1942, 1956 e 1982 é possível destacar o *continuum espaço-tempo* do Quilombo Kédi, e ao sobrepomos os marcadores do passado com os do presente, na imagem atual do google earth, dá para ver porque reivindicar permanecer no local, pelo fato de existir uma história territorial, que por causa do racismo estrutural, foi reduzida ao termo “periferia”. Com a cartografia social, ouvindo as narrativas que se tornaram representações em mapas, foi possível escancarar o que a comunidade sentia sozinha, sendo alvo do racismo institucional e da injúria racial e hostilidade da redondeza. Então, as representações cartográficas contribuem e agregam parceiros à luta, por revelar as injustiças e por fortalecer as qualidades.

Ao se reconhecer o Quilombo Kédi reivindica seu direito de permanecer para preservar a identidade negra local, sendo a rugosidade em meio a tanta hegemonia. Então, a cartografia social nos princípios trabalhados até aqui, de oralidade, ancestralidade e mapeamento co-participativo junto das comunidades quilombolas, possibilitou entender o mapa como ação política (ACSELRAD e COLI, 2008). Colocando o mapa como uma possibilidade para evidenciar “[...] um direito remetido à organização social, diretamente relacionada à herança, baseada no parentesco; à

história, baseada na reciprocidade e na memória coletiva; e ao fenótipo, como um princípio gerador de identificação.” (LEITE, 2000, p. 28). É assim que entendemos que as representações cartográficas contribuem para as retomadas territoriais de comunidades quilombolas.

O resultado das cartografias do Quilombo Kédi são a extensão da espacialidade quilombola. As representações narrativas, que se materializaram nas legendas das cartografias, se manifestam pelos marcadores territoriais associados aos valores civilizatórios afro-brasileiros e em conjunto elas proporcionam a leitura do espaço usado. Observando mapa por mapa, setorizando eles em passado e presente, é possível ver o que antes estava “escondido”. Com o mapa de perícia podemos ver como era a territorialização do quilombo em 1983, ocupando três vezes mais do que ocupam hoje. Com o mapa dos Marcadores Territoriais, que se mostrou importante manter as narrativas do passado e do presente, é possível observar para o que a comunidade perdeu espaço (para apartamentos de classe média-alta, um terreno de especulação imobiliária e lojas). Já ao pegarmos os fluxos antigos e cotidianos, e dando destaque também à infraestrutura local, vemos como o bairro é organizado, que foi gasto tempo do poder público em seu planejamento.

Esses são os pensamentos e observações possibilitados pelas representações cartográficas das narrativas. A história quilombola não está mais, somente, na oralidade, mas agora conta como um instrumento de luta para sua permanência territorial. As legendas auxiliam na compreensão de todos os quilombolas, sejam letrados ou não, para se aproximarem da história que os compõem. A representação abre portas para que a comunidade se articule em associação e reflita as reivindicações necessárias para sua permanência onde estão. No momento, a principal luta do Quilombo Kédi é a abertura do processo de titulação da terra comunitária pelo INCRA e o fim dos assédios por parte das grandes empresas que estão ao redor do território. A incerteza da propriedade não permite grandes movimentações, mas no futuro outras necessidades apareceram, e a cartografia auxiliará na reflexão como um ponto de partida para as tomadas de decisões sobre o território.

5. Considerações Finais: As lutas pela permanência e reconhecimento na cidade

A comunidade do Quilombo Kédi tem uma trajetória de resistência, contra os movimentos que tentaram e tentam expulsá-los, por causa do seu forte sentido de pertencimento territorial, pela memória e pelas intervenções físicas no espaço. As comunidades negras que estão separadas pela movimentada avenida Nilo Peçanha se entrelaçam e continuam se solidarizando umas com as outras, moradores do Kédi se mudaram para o território da Família Silva pelos laços do casamento, estreitando ainda mais o entendimento do *Ser Quilombola*. Vendo no Quilombo da Família Silva suas afinidades históricas de construção e resistência, fortalecendo sua rede de apoio para com o autorreconhecimento reivindicarem seu direito à terra.

O território do Quilombo da Família Silva, reconhecido como o primeiro Quilombo urbano do Brasil em 2009, e o território que o Quilombo Kédi reivindica hoje, não se comparam ao espaço ocupado por essas comunidades no passado, enquanto território usado. Em ambas as comunidades quilombolas os territórios reivindicados são exponencialmente menores aos espaços que estas comunidades ocupavam. Atualmente as configurações espaciais destes quilombos refletem as inúmeras dificuldades com relação à vizinhança e os processos de gentrificação dos bairros resultantes da ocupação de prédios, casas e serviços de alto padrão que segregam a permanência dos moradores quilombolas espremidos em seus territórios. A luta se faz também para que os quilombolas sejam vistos como sujeitos que têm direitos, não sendo o “direito do capital” o único a ser válido.

A luta quilombola ainda se faz na reivindicação de aplicação do Artigo 68 da CF/88; do Decreto nº4887/2003; do reconhecimento de sua afirmação quanto comunidade; do reconhecimento de sua existência no espaço “analisado” desde o início do século XX; e dos vínculos simbólicos com as outras comunidades negras, não permitindo que elas se tornem ilhas. Nas bordas dos bairros Três Figueira e Boa vista, separado pela movimentada avenida Nilo Peçanha, há um bairro negro que foi engolido pela expansão urbana. Há um campo-negro em solidariedade (ANDRELINO, 2012). A luta pela permanência é imediata e urgente, e está em vencer a especulação imobiliária, e está em jogo um modo simbólico de existir que merece seu espaço respeitado e reconhecido.

O primeiro passo para o reconhecimento na cidade já foi adquirido, a FCP, atendeu o pedido de março de 2021 da comunidade, e emitiu ao Quilombo Kédi a certidão de autoconhecimento quilombola (figura 39), em março de 2023. Até se autoconhecer é institucional, sem esse documento as pessoas podem vir a achar - reflexo do racismo estrutural - que os quilombolas só se reconheceram para evitar a remoção, então a luta permanece e permanecerá até ser emitida a titulação da terra pelo INCRA. Importante destacar que esse documento serve prioritariamente como um registro formal para comunidades quilombolas, e é uma escrituração para contagem do Estado da quantidade de comunidades quilombolas. Isso significa que o Quilombo Kédi não tem seu início decretado em 2023 por causa da emissão da portaria, muito pelo contrário, a FCP só emite certificação para as comunidades que comprovem seu tempo ancestral no território reivindicado.

PORTARIA FCP Nº 37, DE 17 DE MARÇO DE 2023

O PRESIDENTE SUBSTITUTO DA FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 19, combinado com o art. 1º, ambos do Anexo I, do Decreto nº 11.203, de 21 de setembro de 2022, e em conformidade com arts. 1º e 2º, da Lei nº 7.668, de 22 de agosto de 1988, e com o disposto no art. 2º, inciso LXXII, do Decreto nº 10.088, de 5 de novembro de 2019, com o art. 2º, §§ 1º e 2º, e art. 3º, § 4º, do Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, observados os procedimentos determinados na Portaria FCP nº 57, de 31 de março de 2022, resolve:

Art. 1º Esta portaria certifica que a comunidade, a seguir identificada, se Autodefiniu como Remanescente de Quilombo, conforme Declaração de Autodefinição que instrui o processo administrativo nº 01420.100637/2021-50:

Comunidade	Município	Estado
VILA KÉDI	PORTO ALEGRE	RS

Art. 2º Fica autorizado o registro da presente certificação no Livro de Cadastro Geral nº 20, sob o nº 2930, às fls.153.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCO ANTONIO EVANGELISTA DA SILVA

Figura 39: Registro do autorreconhecimento do Quilombo Kédi. **Fonte:** DOU, 2023.

As comunidades quilombolas não devem ser generalizadas, mas a luta quilombola tem suas similaridades, e os territórios de certo modo se familiarizam, pois todos foram submetidos a segregação sócio-espacial. Os territórios quilombolas, apesar disso não podem ser considerados homogêneos, a metodologia presente, mesmo que sendo empregada nos onze quilombos urbanos, é um modo de analisar os territórios usados, não sendo de nenhum modo único e determinante, afinal de contas a cartografia social pode mudar de acordo com o tempo de cada comunidade. Hoje a cartografia se apresenta desta forma, e fica nítida que sua função tem haver com a titulação da terra quilombola, pois as comunidades gravam por elas suas expectativas de territorialidade, com a delimitação do território em tracejado, como exposto em cada mapa. Os mapas de cartografia social, assim como as comunidades são fluidos e no futuro os mapas produzidos podem ser diferentes, mesmo se tratando do mesmo território, afinal, as lutas dos movimentos sociais não são fixas, o tempo e o espaço são determinantes para a construção da cartografia. Agora os mapas do Quilombo Kédi representam a demanda pela permanência no bairro Boa Vista, amanhã podem vir a demandar, por exemplo, infraestrutura e saneamento para as moradias.

Mas levando em consideração esse tempo-espaço em que a metodologia foi empregada, no Quilombo Kédi observou-se que eles ainda têm uma longa caminhada para serem reconhecidos na cidade. Mesmo que apresentem todos os valores civilizatórios afro-brasileiros (TRINDADE, 2010) e que tenham no espaço os marcadores de sua história territorial (HENRIQUES, 2004), o quilombo ainda é visto como vila, no seu sentido mais pejorativo, e seus moradores estigmatizados. As lutas de permanência se manifestam com a afirmação das tradições de matriz africana, que é a força contra colonial do povo quilombola; também com os elos deste bairro negro dentro dos bairros “alisados” de Porto Alegre; e a permanência constante de uma organização solidária (ANDRELINO, 2012) com acolhimento e resistência contra a segregação, contra o estigma, contra o racismo, lutando por um novo modo de organização e possibilidades.

A consciência territorial é libertária (MESQUITA, 1995), não pode-se voltar atrás depois que a adquire, e o Quilombo Kédi percebe-se na cidade como quilombola, e assim pretende estar. A persistência dessas comunidades negras nos territórios reivindicados reflete suas lutas históricas contra a exclusão social - em

relação à terra e ao fenótipo - sofridas pelas pessoas que compõem os grupos. Mas além da luta pela terra, é a luta pela forma de existir pelos valores civilizatórios afro-brasileiros e pela permanência e resistência dos marcadores territoriais. O modo de existir quilombola exerce seu direito de exigir do Artigo 68 da CF/88 o direito ao seu território usado, ao se apresentar para a sociedade, o quilombo manifesta um modo de vida com igualitarismo e sintonia (NASCIMENTO, in RATTS: 2007, p.263). Mesmo estando subordinados às leis do Estado, é no território usado que vão dispor de autonomia para serem quem são com a garantia da terra.

As cidades foram construídas pelos grupos dominantes, passando como tratadores, em cima dos grupos “minoritários”. As comunidades quilombolas são a inversão dessa lógica, são a possibilidade de construir a cidade, a partir de seus territórios. Quilombos urbanos também são a educação anti-racista que tanto precisamos, somente pelo seu existir, por permitirem se gravarem em mapas, eles são educadores. Então a partir do exposto, o que foi consolidado pela oralidade da comunidade, pela sua memória ancestral de quase cem anos, espera-se que o Estado, através do INCRA, abra o processo para a titulação da terra quilombola do Quilombo Kédi, para que esta fique assegurada para a comunidade; também espera-se que a cidade de Porto Alegre respeite a portaria nº37, de 17 de março de 2023, da FCP e reconheça as vivências da comunidade quilombola e não os despeje de onde estão.

Ao longo da dissertação tornou-se perceptível que a mão de obra negra foi fundamental para a configuração da Porto Alegre que conhecemos hoje, e ela sempre foi pouco valorizada e sofreu os fortes impactos com remoções para a expansão urbana da metade final do século XX. Assim, se torna evidente a reparação histórica ordenada à cidade de Porto Alegre; e a importância de que ela se concretize para manutenção do patrimônio histórico e cultural que as comunidades quilombolas representam. Além de manter os vínculos territoriais e a manutenção do que há de mais importante na construção da identidade do ser humano, a memória de grupo social e a ancestralidade familiar.

6. Referências

ACSELRAD, Henri (Org.). **Cartografias Sociais e Território**. IPPUR/UFRGS. Rio de Janeiro, 2008.

BATISTA, Sinthia Cristina. **Cartografia Geográfica em questão: do chão, do alto, das representações**. Tese Doutorado. UFRGS. 2014

BISPO, Antônio. **Colonização, Quilombos: Modos e significações**. Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa - INCTI. Universidade de Brasília (UNB) - 2ª ed. - Brasília, 2019.

BONETTO, Helena. **A invisibilidade negra na cidade de Porto Alegre: uma pesquisa sobre imaginários urbanos**. Tese. UFRGS. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003**. Brasília: Casa Civil. 2003.

BRASIL. **Página 11 da Seção 1 do Diário Oficial da União (DOU) de 22 de março de 2023**. Disponível em <<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/1230989250/dou-secao-1-22-03-2023-pg-11>> Acesso em março de 2023

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **STF garante posse de terras às comunidades quilombolas**. Disponível em <<https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=369187>> Acesso em março de 2023

BRASIL. **Título X, Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Art. 68**. Brasília: Casa Civil. 1988.

CLAVAL, Paul. **A geografia Cultural**. 1999.

CAMPOS, Andreilino. **Do Quilombo à Favela, a produção do “Espaço Criminalizado” no Rio de Janeiro** - 3ª ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

CUNHA JÚNIOR, Henrique. **Bairros negros, a forma urbana das populações negras no Brasil. Disciplina da Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo**. Disponível em: <<https://seer.ufu.br/index.php/criticasociedade/article/view/57847/30234>>. Acesso em setembro de 2022.

DE PAULA, Cristiano Quaresma. **Geografias(s) da pesca artesanal brasileira**. Tese de Doutorado. UFRG. 2018.

DEMHAB. Prefeitura Municipal de Porto Alegre. **Mapa da irregularidade fundiária de Porto Alegre**. 1998.

DOSSIÊ. **QUILOMBO KÉDI e suas narrativas espaciais**. NEGA, 2022. Não divulgado.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. 54ª ed.- Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

HAESBAERT, Rogério. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. In: HEIDRICH, Álvaro Luiz et al. (Org.). *A Emergência da multiterritorialidade: a ressignificação da relação do humano com o espaço*. Canoas: Ed. ULBRA; Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2008. p. 19-36.

HENRIQUES, Isabel Castro. **Território e Identidade: O desmantelamento da terra africana e a construção da Angola Colonia (c. 1872-c.1926)**. Disponível em: <<https://silo.tips/download/territorio-e-identidade>>. Acesso em setembro de 2022.

JORNAL. Correio do Povo. **Os negro no Rio Grande do Sul**. Disponível em <<https://www.correiodopovo.com.br/especial/onde-est%C3%A3o-os-negros-do-rio-grande-do-sul-1.381578>> Acesso em junho de 2022.

NASCIMENTO, Beatriz, 1942-1995. **Uma história feita por mãos negras**. Org. Alex Ratts. - 1ª ed. - Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

OBSERVAPOA, **Observatório da cidade de Porto Alegre**. Disponível em: <http://www.observapoa.com.br/>. Acessado em agosto de 2022.

PIRES, Cláudia Luísa Zeferino; BITENCOURT, Lara Machado. **Espacialidades Geo-Quilombistas: percurso do nosso fazer**. In: PIRES, Cláudia Luísa Zeferino; BITENCOURT, Lara Machado (org.). *Atlas da Presença Quilombola em Porto Alegre/RS*. Porto Alegre: Letra1, 2021. p. 37-76.

PIRES, Cláudia Luísa Zeferino; BITENCOURT, Lara Machado; DUQUE, Laisa Zatti Ramirez. **Cartografia Social e quilombola em Porto Alegre/RS - Brasil**. In: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. - 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2022. Libro digital, PDF - (Becas de investigación)

PIRES, Cláudia Luísa Zeferino. *et al.* **Uma Porto Alegre Quilombola: seus mapas e outras narrativas**. In: PIRES, Cláudia Luísa Zeferino; BITENCOURT, Lara Machado (org.). *Atlas da Presença Quilombola em Porto Alegre/RS*. Porto Alegre: Letra1, 2021. p. 77-97.

PORTO-GONÇALVES, C. W. 2006. **A Reinvenção dos Territórios: a experiência latinoamericana e caribenha**. In: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (Ed.). *Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado*. Buenos Aires, CLACSO. Disponível em: . Acesso em: 23 nov. 2020.

RAFFESTIN, Claude. **O que é o território?** In: *Por uma geografia do poder*. Capítulo I. São Paulo: Ática, 2011. p. 128-146.

REGO, Nelson. **Existência e territorialidade, cruzamento para o pensamento complexo**. Prefácio. In: HEIDRICH, Álvaro Luiz et al. (org.). *A Emergência da multiterritorialidade: a ressignificação da relação do humano com o espaço*. Canoas: Ed. ULBRA; Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2008. p. 9-11.

RS. **Acervo cartográfico do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**. Disponível em <https://www.ihgrgs.org.br/mapoteca/cd_mapas_rs/Inicio.htm> Acesso em março de 2022.

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.

_____. **A natureza do espaço – Técnica e tempo. Razão e emoção**. - 4. ed. 8. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Edusp, 2014.

SOCIOAMBIENTAL, Instituto. **STF confirma: não há marco temporal para a titulação dos territórios quilombolas.** Notícia. Disponível em < <https://site-antigo.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/stf-confirma-nao-ha-marco-temporal-para-a-titulacao-dos-territorios-quilombolas> > Acesso em março de 2023.

SOCIOAMBIENTAL, Instituto. **Em vitória histórica de quilombolas, STF declara constitucional decreto de titulações.** Notícia. Disponível em < <https://site-antigo.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/em-vitoria-historica-de-quilombolas-stf-declara-constitucional-decreto-de-titulacoes> > Acesso em março de 2023.

SODRÉ, Muniz. **O terreiro e a cidade:** a forma social negro-brasileira. Rio de Janeiro: Imago; Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 2002.

TRINDADE, Azoilda Loretto da. Percurso Metodológico. *In: Modos de fazer: cadernos de saberes, fazeres e atividades.* A Cor da Cultura, Fundação Roberto Marinho, RJ: 2010.

VIEIRA, Daniele Machado. **Territórios Negros em Porto Alegre/RS (1800-1970): Geografia-Histórica da presença negra no espaço urbano.** Dissertação. 2017.

VÍDEO. **Quilombo Kédi - Raiz, Reconhecimento e Luta.** Coletivo Cartarse. 2022. Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=sDvzciSctvo> > Acesso em março de 2023.